

A revolução de outubro e seus críticos

Oswaldo Coggiola

Universidade de São Paulo

coggiola@usp.br

Resumo

A disputa sobre as interpretações da Revolução de Outubro começou com a própria revolução e continua até o presente. Para compreendê-lo, é necessário recapitular as principais etapas da revolução e mencionar as principais críticas; é o que este artigo visa, de forma sintética.

A Revolução de Outubro, como é bem sabido e aceito, vinculou-se, em primeiro lugar, à situação social e política criada na Rússia durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1915, a situação russa piorou drasticamente quando a Alemanha tomou a iniciativa bélica contra suas forças militares. As forças alemãs, muito melhor armadas com metralhadoras e artilharia pesada, foram terrivelmente eficazes contra as forças mal equipadas, mal treinadas e mal dirigidas da Rússia. Ao final de 1916, a Rússia havia perdido entre 1,6 e 1,8 milhões de soldados em batalha, com um adicional de dois milhões de soldados feitos prisioneiros e um milhão de desaparecidos, o que teve um efeito devastador sobre o moral do exército. Motins começaram a ocorrer, e em 1916 começaram a surgir informações sobre confraternização das tropas russas com o inimigo. Os soldados estavam famintos e careciam de sapatos, munições, e mesmo de armas, o que os punha na situação de carneiros diante do fogo inimigo.

Confrontado com essa situação, o Czar Nicolau II decidiu tomar pessoalmente o comando do exército, deixando a administração pública nas mãos de sua esposa, a Czarina Alexandra, e dos ministros de Estado. Notícias sobre corrupção e incompetência no governo imperial, e a influência cada vez mais intensa do monge Grigori Rasputin (morto pelas mãos do príncipe Iusupov, em dezembro de 1916) nos negócios do governo, intensificaram ainda mais a insatisfação popular. Em novembro de 1916, a Duma advertiu o Czar de que um desastre se abateria sobre o país caso alguma forma constitucional de governo não fosse instituída. A Duma se distanciava do Czar, no intuito mais de prevenir uma revolução do que de derrubar o Antigo Regime. Na própria Corte, o clima era de desorientação. O Czar e seus assessores diretos faziam ouvidos surdos às advertências que chegavam de todo lado.

A revolução anunciada e esperada, finalmente, chegou: a 18 de fevereiro de 1917, o principal centro industrial de Petrogrado, a fábrica Putilov, anunciou uma greve; os grevistas foram demitidos e algumas lojas fecharam. Em 23 de fevereiro (8 de março, no calendário gregoriano ocidental), uma série de reuniões e passeatas aconteceram por ocasião do “Dia Internacional da Mulher Trabalhadora” criado pela Internacional Socialista. Trabalhadoras têxteis em passeata apedrejaram janelas de outras fábricas para chamar os operários a se juntarem a elas, gritando “Abaixo a fome! Pão para os trabalhadores!”. Depois começaram a virar bondes e saquearam uma grande padaria. Desta vez, a polícia não as reprimiu, essa era uma das novidades. Os grevistas não procuraram esconder seus rostos sob os casacos, como de costume. Alguém gritou, “Cossacos, vocês são nossos irmãos, não podem atirar em nós”. Os cossacos, símbolos do terror czarista, foram embora. Nos dias que se seguiram, a agitação social continuou a aumentar, e mais tropas, por empatia ou por medo, se recusavam a atacar os manifestantes. Em meio aos conflitos de rua, alguns chefes policiais e oficiais que ordenavam aos seus soldados que atirassem contra o povo eram linchados pelas suas próprias tropas.

O abastecimento de combustível e de alimentos parou. Os telegramas informando da situação caótica eram simplesmente ignorados pelo Czar. Houve incidentes diante das lojas de produtos essenciais: as forças repressivas vacilaram novamente. Nicolau II tomou a última de suas muitas decisões depois qualificadas de desastradas: ordenou aos militares que disparassem sobre a multidão e contivessem a revolta. A 26 de fevereiro, o exército atirou contra a multidão, que tentava se confraternizar com os soldados, com um saldo de 40 mortos. Partes do exército, no entanto, passaram a apoiar os manifestantes. A violência e a confusão nas ruas se tornaram incontroláveis. Em poucos dias, segundo o correspondente francês Claude Anet, em São Petersburgo cerca de 1.500 pes-

soas foram mortas e cerca de seis mil ficaram feridas; a contagem oficial foi de 1.224 mortos. Na mesma noite, os operários invadiram o centro de Petrogrado, os soldados se revoltaram, o Palácio de Inverno do Czar foi sitiado pelos manifestantes.

Era a “Revolução de Fevereiro” (segundo o calendário juliano, vigente na Rússia). Os operários, retomando a experiência da revolução de 1905, começaram imediatamente a eleger delegados aos sovietes de fábrica e bairro e ao Soviete de Petrogrado. Em condições de conflagração mundial, a maior tormenta revolucionária da era do capitalismo se anunciava. E, diferentemente da Europa ocidental, existia na Rússia não apenas um pequeno núcleo de socialistas dissidentes com a orientação social-patriótica, mas um verdadeiro e influente partido revolucionário, o POSDR “bolchevique”, já organizado de modo independente desde 1912, o único partido russo que enfrentara à “união sagrada” de 1914. Esse fator iria revelar-se decisivo. Os acontecimentos se precipitaram. A 27 de fevereiro uma multidão de soldados e trabalhadores com panos vermelhos em suas roupas invadiu o Palácio Tauride, onde a Duma se reunia. Durante a tarde, formaram-se dois comitês provisórios em salões diferentes do palácio. Um deles, formado por deputados moderados da Duma, proclamou-se “Governo Provisório”.

O outro era o Soviete de Petrogrado, formado por delegados dos trabalhadores e soldados e por militantes socialistas das várias correntes. No início, ambos tencionavam e tentaram coexistir sem atritos, embora a autoproclamação do Soviete já criasse, por si só, um atrito maiúsculo: “Com o nome de Pré-Soviete dos operários, um grupo de mencheviques e de socialistas-revolucionários se promoveu a Estado Maior da revolução e convidou as fabricas e os regimentos a elegerem delegados. Estes, uma vez reunidos, se constituíram em Soviete nessa mesma noite. Enquanto esperava, o Pré-Soviete organizava uma milícia operaria e um comitê para assegurar o abastecimento da cidade. A noite o Soviete se reunia, elegia como presidente o menchevique Cheidze e como vice-presidentes Kerensky e Skobelev. Foram também escolhidos socialistas-revolucionários, alguns sem partido como Sukhanov, e os bolcheviques Chliapnikov e Molotov, que era um estudante. O Soviete confirmou o poder das comissões e decidiu editar um jornal diário revolucionário, o *Izvestia*. O primeiro número lançou um apelo à luta contra o czarismo e propôs a reunião de uma Assembleia Constituinte”. (Ferro, 1974)

O Soviete elegeu um Comitê Executivo Permanente formado por representantes de todos os agrupamentos socialistas. Os bolcheviques tinham nesse comitê dois membros de um total de quatorze. Em apenas dez dias, uma greve operária, uma importante mobilização das mulheres e algumas manifestações de rua, se haviam transformado numa revolução política. Temendo uma repetição cem vezes piorada do “Domingo Sangrento” de 1905, foi ordenado pelo governo que as tropas leais baseadas no Palácio de Inverno não se opusessem à insurreição popular e se retirassem. A 28 de fevereiro, a cidade toda estava sob o controle dos amotinados. Na manhã do mesmo dia Nicolau recebeu um telegrama anunciando que apenas um punhado de suas tropas permanecia leal. O estado de sítio foi proclamado, mas inutilmente, pois não havia tropas leais ao Czar para colocá-lo em prática.

Embarcado em um trem que rumava em direção ao Palácio de Alexandre, o Czar foi obrigado a retroceder 90 milhas, já que a estação seguinte estava em poder dos rebeldes. O trem parou na Estação de Pskov, onde em 2 de março, Nicolau assinou sua abdicação: os centros do poder estavam cercados por soldados amotinados. Ele resolveu abdicar em favor do seu irmão, o grão-duque Mikhail Alexandrovich Románov, mas este, apavorado pela revolução nas ruas, recusou a coroa. Era a queda final da dinastia dos Romanov, e ela era só o início de um processo de alcance europeu: até o final da guerra

mundial, a monarquia austro-húngara desapareceria; três - os Habsburgo, os Hohenzollern e os Románov - das quatro dinastias reinantes na Europa teriam sido destronadas. Um novo mapa político da Europa e, provavelmente, do mundo, começava a ser desenhado.

A República na Rússia instaurou-se de fato, por simples vacância do poder: o Governo Provisório, emanando da Duma e comandado pelo príncipe Georgy Lvov, um nobre latifundiário, tinha Alexander Kerensky, que também exercia funções dirigentes no Soviete, como Ministro da Guerra: “Lvov não era apenas um revolucionário improvável, era também relutante. Seus ideais provinham das Grandes Reformas – nascera em 1861 – e, no seu âmago, sempre seria um monarquista liberal. Acreditava ser tarefa da nobreza a de colocar-se a serviço do povo. Esse populismo paternalista era um lugar comum nos *zemstvos* [antigas câmaras municipais]. Seus integrantes eram servidores públicos bem-intencionados e dedicados, parecidos com os personagens que habitam as páginas de Tolstói e Tchekhov, cheios de aspirações de levar a civilização ao campo, tenebroso e retrógrado. Como filhos liberais de ex-donos de servos (portanto, carregados de culpa) muitos deles imaginavam ser essa a forma de recompensarem o débito que tinham para com os *mujiques* [camponeses russos]. Alguns estavam dispostos a consideráveis sacrifícios pessoais. Lvov consumia três meses por ano percorrendo os povoados, em inspeções a escolas e tribunais”. (Figes, 1999)

As forças sociais deflagradas pela revolução, no entanto, iam bem além dos limites do reformismo social e do humanitarismo aristocrático ou mesmo burguês, e se contrapunham à catástrofe da guerra mundial. Para os marxistas revolucionários russos, essa guerra não era um episódio de natureza conjuntural: só poderia ser entendida como uma expressão histórica da revolta das forças produtivas sociais contra o quadro estreito das relações capitalistas de produção, que abria a era da revolução socialista em escala mundial. Esse era o sentido explícito das resoluções sobre a guerra da velha Internacional. A atuação dos socialistas revolucionários, portanto, nada teve de improvisado ou de “oportunista” (capitalização astuciosa de uma crise bélica e social combinada com um governo inepto), pois se alicerçava em caracterizações, prognósticos e programa, que a precederam e anteciparam. Na primeira assembleia plenária do Soviete de Moscou, a 18 de março de 1917, os deputados eleitos pelos operários declararam que se o Soviete lhes negasse a jornada de oito horas de trabalho, ela seria introduzida pela “autoridade revolucionária” dos próprios operários.

Quaisquer que fossem as intenções de seus membros, o Governo Provisório era um governo liberal burguês, baseado na continuidade de instituições pré-existentes (a Duma), comprometido com a manutenção da propriedade privada das grandes empresas e do latifúndio, e interessado em manter a participação russa na guerra mundial. Enquanto isso, o Soviete de Petrogrado começava a reivindicar para si a legitimidade para governar: em 1º de março, o Soviete ordenou ao exército que lhe obedecesse, em vez de obedecer ao Governo Provisório. Assim, com a abdicação do Czar, criava-se uma situação de “duplo poder”: de um lado, o Governo Provisório, constituído pela oposição liberal da Duma (assembleia de poderes limitados; durante uma década não tinha contrabalançado em quase nada o arbítrio czarista), que procurava manter a autoridade do Estado e da administração pública; por outro lado, o Soviete de Petrogrado, ao qual se juntaram logo os sovietes constituídos nos diversos centros industriais do restante do país e, depois, no campo.

O ressurgimento dos sovietes e o questionamento das instituições oficiais não era, tampouco, um acaso do momento, era também produto da “longa crise institucional”,

“derivada das concessões feitas pela autocracia em 1905 e da tentativa de derrubá-las parcialmente em 1907. A IV Duma, eleita em 1912, tinha uma maioria parlamentar conservadora disposta a colaborar com o governo czarista num programa legislativo. A oposição liberal, porém, não aceitava uma assembleia que pouco nada podia interferir na administração do país; a Duma não possuía a faculdade de controlar as ações do governo, nem poder para indicar ministros [ou seja, poder para governar]”. (Katkov, 1969) Aos olhos do povo, devido a isso, a Duma carecia da autoridade e da legitimidade necessárias para governar no novo período revolucionário. No Soviete de Petrogrado, porém, a maioria correspondia aos socialistas moderados (principalmente mencheviques e socialistas revolucionários, SRs) que defendiam o caráter burguês da revolução em curso, não questionando o Estado nem a grande propriedade capitalista, contentando-se com o “controle” do Governo Provisório pelos soviets: isto criava as bases políticas para uma conciliação entre os dois polos do “duplo poder”.

Em 1917, já liberado de seu último exílio siberiano e editor do jornal do partido bolchevique, *Pravda*, Stalin foi reconduzido ao Comitê Central do partido, transformado na conferência de agosto desse ano em *Partido Comunista*. No período sucessivo à Revolução de Fevereiro, Stalin defendeu, junto com Kamenev, a reunificação de bolcheviques e mencheviques (e outras correntes do POSDR), retomando as propostas dos anos precedentes à guerra, posição energicamente combatida por Lênin e Trotsky, em processo de aproximação aos bolcheviques. Logo depois do início da revolução, contrariando a orientação majoritária na esquerda, socialdemocrata ou “esserista” (Partido Social Revolucionário, SR), desde seu exílio na Suíça Lênin escrevia, a 4 de março de 1917: “Só um governo operário apoiado, em primeiro lugar, na imensa maioria da população camponesa, nos operários agrícolas e nos camponeses pobres e, em segundo lugar, na aliança com os operários revolucionários de todos os países beligerantes, pode dar ao povo o pão, a paz e uma total liberdade”. Era uma posição política e, também, um sintoma: uma polarização social e política aguda se anunciava, no curso da revolução democrática.

Os diretores de redação do *Pravda*, Stalin e Kamenev, se pronunciaram em sentido oposto à orientação de Lênin, sem mencioná-la. A 27 de março, Stalin escrevia: “O Governo Provisório tomou de fato o papel de consolidador das conquistas do povo revolucionário”. A 1º de abril, esses mesmos dirigentes se pronunciaram em favor da reunificação dos bolcheviques com os mencheviques, num POSDR unificado (Marie, 2010). A política de conciliação entre socialistas das diversas tendências era hegemônica no bolchevismo. Os bolcheviques, no entanto, sofreram um abalo com as *Teses de Abril* de Lênin (retornado do exílio suíço) que se pronunciavam por um *poder soviético* capaz de realizar as tarefas políticas urgentes assim como as tarefas democráticas (nacionalização da terra, independência das nacionalidades oprimidas) deixadas pendentes pela história precedente da Rússia. Foi aos poucos (e através de fortes crises políticas internas) que essa orientação foi se tornando majoritária no bolchevismo, convergindo com as aspirações populares, que reivindicavam aumentos salariais e melhora das condições de trabalho, controle operário da produção, eleições constituintes e uma paz sem anexações por parte de nenhuma potência beligerante.

Lênin, porém, foi posto em minoria dentro da direção do bolchevismo, que rejeitou as “Teses de Abril”. O texto de Lênin foi publicado no *Pravda* como “uma contribuição de um dirigente”, e Kamenev escreveu artigos combatendo sua orientação política. Leon Trotsky, por sua vez, chegou à Rússia em maio, vindo de Nova York, onde morava após escapar da pena de exílio na Sibéria: em São Petersburgo ele se deparou com uma

“Organização Interdistrital”, os *mezharayontsi*, composta por aproximadamente quatro mil operários que se reivindicavam de suas ideias e trajetória. Suas posições políticas rapidamente convergiram com as de Lênin. O que deu base social para o crescimento destas foi que a revolução se ampliou e aprofundou velozmente. Depois da revolução urbana, proletária na sua composição e liderança social, os camponeses deslançaram sua mobilização, que se radicalizou em direção da posse da terra em que trabalhavam, enquanto os soldados manifestavam mediante deserções sua hostilidade à guerra, em especial às operações militares suicidas e aos castigos impostos pela oficialidade. A mobilização camponesa não tinha uma liderança política consolidada, embora o PSR encabeçado por Tchernov tivesse desenvolvido bases rurais importantes na região central (e mais fértil) da Rússia (os votos ao PSR nessas regiões atingiriam até 75% nas eleições constituintes realizadas em novembro de 1917).

Nos soviets camponeses, formados em paralelo a um vasto movimento de ocupação de terras, que atingiu a maioria dos latifúndios das regiões férteis (principalmente as “terras negras”), “a *intelligentsia* rural - professores, médicos, especialistas agrários e membros do clero - era sistematicamente excluída dos corpos eleitos, não aparecendo nos registros da revolução rural. Esses registros indicam que os camponeses preferiam candidatos letrados, sensíveis e confiáveis, mas que também pertencessem ao próprio campesinato” (Badcock, 2017). E surgiu, também, a tendência para o armamento independente dos trabalhadores. Os acertos para a formação de destacamentos militares do Soviete, as “Guardas Vermelhas”, começaram em março-abril de 1917. A militarização da revolução se estendeu como um regueiro de pólvora.

Em Moscou, em uma reunião do soviete da cidade, foi adotada uma moção para a criação da Guarda Vermelha. Em Petrogrado criou-se uma comissão para a formação de Guardas Operárias e, em 29 de abril, uma resolução nesse sentido foi publicada no *Pravda* bolchevique. O conselho distrital de Vyborg, distrito operário de São Petersburgo, em 28 de abril, decidiu converter os destacamentos da Guarda Vermelha em destacamentos de milícia de fábrica, transformando a Guarda Vermelha numa *milícia proletária*. Em 17 de maio, uma comissão foi eleita para criar destacamentos da Guarda Vermelha em uma reunião do Soviete de Samara. Os comitês de fábrica desempenharam um papel importante nesse processo. Em março e abril, destacamentos de trabalhadores armados, criados ou convertidos em destacamentos da Guarda Vermelha, apareceram em 17 cidades. Os candidatos à Guarda eram aprovados por recomendação de coletivos dos trabalhadores, de soviets locais e de comitês sindicais.

Número de Guardas Vermelhos entre 1917 e abril de 1918 (por região)			
Região	Número de Guardas Vermelhos		Número de pontos onde havia Guarda Vermelha
	Na Região	Nos Centros	
Area Industrial Central	55.877	35 305	171
Norte e Noroeste	46.866	41 679	43
Região do Volga	16 328	8.330	38
Urais	12 702	3.627	44
Sibéria	13 135	2 841	46
Extremo Oriente	13.932	11.430	17
Don, <u>Kuban</u> e Norte do <u>Cáucaso</u>	26 772	1.300	39
Ucrânia e Moldávia	48.619	10 113	91
Bielorrússia	13 980	5 300	28
<u>Transcaucasia</u>	6 900	4.950	80
Asia Central e Cazaquistão	15.985	7.091	53
Estados Bálticos	5134	1 700	21
Total para o país	276 230	133 666	599

Os Guardas Vermelhos não possuíam uniformes, usavam roupas civis, mas foram emitidos documentos de certificação, emblemas e braçadeiras. Foi exigido pagamento dos empresários para financiar a atividade. As unidades de combate da Guarda Vermelha eram compostas por uma dúzia (10-15 homens), um pelotão (4 dúzias), um esquadrão (3-4 pelotões), um batalhão (3-4 esquadrões). Surgia, desse modo, uma força militar paralela, um “duplo poder” militar.

A desintegração da economia e do Estado russo continuava. A comida era escassa, a inflação batia a casa de 1.000 % anuais, as tropas desertavam do front prendendo ou até matando seus oficiais, propriedades da nobreza latifundiária eram ocupadas, saqueadas e queimadas. Nas cidades, conselhos operários eram criados na maioria das empresas e fábricas. A aceleração dos acontecimentos políticos e sociais parecia dar razão à política de Lênin: “Nenhum apoio ao Governo Provisório [...] As massas precisam ver que os Sovietes de Deputados dos Trabalhadores são a única forma possível de governo revolucionário [...] Não uma república parlamentar, mas uma República de Sovietes de Deputados de Operários, Trabalhadores Rurais e Camponeses [...] Não é nossa tarefa imediata ‘introduzir’ o socialismo, mas apenas colocar a produção social e a distribuição de produtos sob o controle dos Sovietes de Deputados dos Trabalhadores”.

Em paralelo, os bolcheviques se esforçaram em preparar a classe operária com vistas a exercer o poder político, defendendo o “controle operário” nas fábricas: “A primeira conferência dos comitês de fábrica deve ocupar um lugar especial na história da revolução proletária russa. Determinou todo o desenvolvimento posterior da revolução; demonstrou que o proletariado de Petrogrado e toda a massa trabalhadora caminhava com os bolcheviques e que o proletariado estava disposto a defender as palavras de

ordem da revolução social em sua luta contra a burguesia até a vitória final” (Pankratova, 1976). A conquista da hegemonia na classe operária foi o primeiro passo dos bolcheviques em direção do poder político.

Em contraste com a tendência prevalecente, a 18 de abril, o chanceler Pavel Miliukov enviou às potências aliadas uma nota. Contra todas as expectativas, ela insistia sobre o impulso que a revolução à defesa dos direitos e dos princípios pelos quais combatiam a Rússia e seus aliados, lembrando que o governo respeitaria fielmente as obrigações assumidas para com os aliados. A nota não dizia uma palavra sobre as aspirações a uma paz “sem anexações nem reparações”, ao contrário, evocava garantias e sanções que os aliados poderiam exigir mais tarde para instalar uma paz de caráter duradouro. As consequências foram imediatas. Os operários iniciaram uma campanha de petições para a saída de Miliukov e para se aumentar o controle do Soviete sobre o governo. Nos subúrbios, manifestantes propunham que o Soviete se encarregasse da política externa. O governo, acuado, procurou uma solução que satisfizesse o Soviete. Miliukov caiu e o Soviete saiu fortalecido.

A maioria do Soviete, no entanto, aceitou a ideia de formar um governo de coalizão. Os socialistas, finalmente, chegavam ao governo. O Soviete redigiu um programa de governo a ser proposto ao Governo Provisório, com dois pontos principais: 1) Luta pela abertura de negociações e pela conclusão de uma paz sem anexações nem reparações, com base no direito de autodeterminação dos povos; 2) Fortalecimento do exército, através de sua democratização. Ainda em abril, ocorreu a conferência da fração bolchevique do POSDR, alijada da coalizão governamental, que colocou a questão da passagem da fase da revolução burguesa para a proletária. No geral, a crise de abril enfraqueceu a direita, fortaleceu as tendências centristas, unidas na coalizão, e permitiu o amadurecimento de uma alternativa de esquerda. Mesmo com as tentativas do Governo Provisório de solucionar a crise, o descontentamento geral crescia. No campo, o número de rebeliões crescia. O governo tentava reprimir, mas sem êxito. As nações não-russas também se agitavam: os poloneses e finlandeses queriam independência e os ucranianos e muçulmanos clamavam por autonomia. Nas cidades, sucediam-se as greves. Em Petrogrado, várias manifestações, chefiadas pelos bolcheviques, pediam o fim da coalizão com os burgueses (“Abaixo os dez ministros capitalistas!”).

O novo chefe do governo, Kerensky, nomeou o general Brusilov como novo chefe do exército, confiando-lhe a tarefa de restaurar a disciplina militar. Brusilov mudou-se para a frente e dissolveu as unidades militares mais politizadas, organizando uma operação rápida e decisiva na Galiza, onde as forças alemãs eram escassas, para obter uma vitória fácil e portadora de prestígio interno e com os aliados. Contra essas decisões se produziu um deslocamento de soldados e operários em direção às diretivas bolcheviques contra a guerra (transferência de todos os poderes aos soviets, controle da produção e distribuição, especialmente da indústria e agricultura, reforma agrária). A organização militar bolchevique aumentou sua influência entre as tropas. Em 3 de junho, o primeiro Congresso dos Sovietes da Rússia durou três semanas e convocou uma demonstração pública a favor da campanha na Galiza. A organização bolchevique organizou, no mesmo dia, uma demonstração pacífica contra a guerra em Galiza, mais numerosa do que a concorrente, corroborando a distância irremediável entre as duas posições.

Em 18 de junho começou a campanha militar apressada de Brusilov, apoiado por unidades de artilharia leais ao governo. Ele teve pouco apoio das outras tropas, devido à intensa propaganda bolchevique e às péssimas condições de abastecimento de material de guerra, onerosamente fornecido pela França. O plano previa um forte bombardeio

inicial na principal linha de ataque, apoiada por dois ataques laterais simultâneos. Brusilov tinha uma vantagem numérica discreta, mas o plano paralisou imediatamente porque as forças laterais ainda não estavam prontas. Houve um sucesso inicial das tropas russas devido às defesas fracas de alemães e austríacos, mas também houve deserções de grande número de soldados russos. Brusilov ordenou que os fugitivos fossem fuzilados. Em 9 de julho, a frente russa entrou em colapso e retrocedeu 240 quilômetros. O chefe do governo renunciou, Kerensky formou outro governo (sem bolcheviques) nomeando o general Kornilov, representante da ala militar mais reacionária, como novo comandante do exército. Este passou a conspirar de imediato em favor de um golpe militar que destruísse a “ameaça bolchevique”, passando por cima (e derrubando) o Governo Provisório encabeçado por Kerensky.

Em Moscou, Kerensky realiza uma grande Conferência de Estado, convidando representantes de todas as organizações econômicas e políticas e militares, exceto os bolcheviques, para discutir programas futuros para a Rússia. Enquanto isso, 400.000 operários estão em greve na cidade, greve organizada pelos bolcheviques. Kornilov, apoiado pelos contrarrevolucionários e com a ajuda da Entente, através de seus embaixadores, para continuar a guerra posa como o homem forte capaz de salvar a Rússia, restaurar a ordem na sociedade e no exército, restaurar um Romanov no trono e destruir os soviets. Desde o quartel de Mogilev organiza uma conspiração para estabelecer sua própria ditadura militar. Mas, seus planos militares vão água abaixo.

A desastrosa batalha terrestre de Riga, uma cidade chave no Báltico, termina devido a três fatores: Kornilov não preparou nenhuma força militar válida para defender a cidade; os soldados russos, mal equipados e armados, e onde a presença bolchevique é forte, não opuseram resistência, se recusaram a lutar e se retiraram do forte antes do avanço alemão, que usou uma nova tática militar, aplicada pela primeira vez, transformando a guerra estática de trincheiras em uma rápida “guerra de movimento”.

Os soldados-camponeses russos “votavam com os pés” (fugiam da guerra) em favor do “derrotismo revolucionário” bolchevique. Era possível, nessas condições, uma revolução dirigida pela minoritária classe operária, na Rússia? Nas suas conclusões acerca da derrota da Comuna de Paris, Lênin assinalara que “para que uma revolução social possa ser vitoriosa, duas condições ao menos são necessárias: forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Mas, em 1871, estas duas condições faziam falta. O capitalismo francês era ainda pouco desenvolvido, e a França era, sobretudo, um país de pequeno-burgueses (artesãos, camponeses, comerciantes). Mas o que fez falta à Comuna foi o tempo e a possibilidade de se orientar e de abordar a realização de seu programa”. Estava esse conjunto de condições reunidas na Rússia de 1917? Lênin sustentou que sim, mas houve, como vimos, forte resistência às suas posições dentro do partido bolchevique: alguns bolcheviques chegaram a acusar Lênin de “trotskismo” por tentar “forçar” ou “pular” as etapas da revolução.

Lênin respondeu a essas críticas em suas *Cartas sobre Tática*: “‘Quanto ao esquema geral do camarada Lênin’, escreve o camarada Kamenev, ‘ele nos parece inaceitável já que parte da pressuposição de que a revolução democrático-burguesa está completa e aponta para a transformação imediata da revolução em revolução socialista’. Aqui há dois erros. Primeiro. A questão da ‘completude’ da revolução democrático-burguesa está colocada erradamente. A realidade nos mostra tanto a passagem do poder às mãos da burguesia (uma revolução democrático-burguesa do tipo usual) e, lado a lado com o governo real, a existência de um governo paralelo que representa a ‘ditadura revolucionário-democrática do proletariado e do campesinato’. Este ‘segundo governo’ cedeu, ele

mesmo, o poder à burguesia, se acorrentou ao governo burguês. Esta realidade está coberta pela velha fórmula bolchevique do camarada Kamenev que diz que ‘a revolução democrático-burguesa não está completa’? Não, não está. A fórmula está obsoleta. É inútil. Está morta. É inútil tentar revivê-la...

E prosseguia: “Os slogans e ideias bolcheviques em geral foram confirmados pela história, mas concretamente as coisas se passaram diferentemente: elas são mais originais, mais peculiares, mais variadas do que qualquer um poderia esperar. A ditadura democrático-revolucionária do proletariado e do campesinato já se tornou uma realidade. Isto me traz ao segundo erro no argumento do camarada Kamenev. Ele me critica dizendo que meu esquema aponta para a transformação imediata da revolução [democrático-burguesa] em revolução socialista. Isto é incorreto. Eu não apenas não aponto para a transformação imediata da nossa revolução em socialista como, na verdade, adverti contra isso quando na tese número 8 eu afirmo: ‘Não é nossa tarefa imediata introduzir o socialismo’. Eu estou convencido que os soviets tornarão a atividade independente das massas uma realidade mais rapidamente e efetivamente que uma república parlamentar. Eles decidirão mais efetivamente, mais praticamente e mais corretamente quais passos podem ser tomados em direção ao socialismo, e como estes passos devem ser tomados. Controle sobre os bancos, a fusão dos bancos em um só, não é ainda socialismo, mas é um passo em direção ao socialismo. Hoje estes passos estão sendo tomados na Alemanha pelos *junkers* e pela burguesia contra o povo. Amanhã o Soviete será capaz de tomar estes passos mais efetivamente para o benefício do povo se todo o poder do Estado estiver em suas mãos” (Lenin, 1976). O Soviete não seguia essa orientação, mas a tendência de sua base apontava para ela, desde o início da revolução.

O governo de coalizão materializava a aliança entre o principal partido burguês (os *kadetes*, “democratas constitucionalistas”) e os partidos socialistas, com a exceção dos bolcheviques. O novo Governo Provisório, no entanto, também fracassou; os aliados da Rússia rejeitavam qualquer programa de paz democrática e sem anexações nem reparações. Apesar do restabelecimento parcial da disciplina militar, a nova ofensiva militar propiciada pelo Governo Provisório foi derrotada. A crise agravou-se, com greves e boicotes patronais e radicalização dos trabalhadores, que foram afastando-se dos dirigentes conciliadores e aproximando-se dos bolcheviques; e ocupações de terras, combatidas pelo governo. Em junho, as manifestações operárias evidenciaram a influência bolchevique e de seu *slogan* “Abaixo os ministros burgueses”. Os bolcheviques propunham uma “oposição leal”, não propondo sua derrubada, a um eventual governo socialista sem representantes da burguesia. No Primeiro Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, realizado em 16 de junho de 1917, foi criado um órgão central: o Comitê Executivo Central dos Sovietes que organizou, dois dias depois, em Petrogrado, uma enorme manifestação. O Soviete já era, definitivamente, o eixo da política russa, incluída a externa. A direita russa também radicalizava. O jornal reacionário *Petrogradskaia Gazeta* ameaçava Lênin com a execução sumária.

Petrogrado tinha uma população total, inchada pela guerra e os deslocamentos populacionais, de 2,7 milhões de habitantes. Na cidade havia 390 mil operários de fábrica, um terço composto por mulheres; havia entre 215.000 e 300.000 soldados no quartel da capital e trinta mil marinheiros e soldados na base naval de Kronstadt, situada nas suas proximidades. Em fevereiro havia 2.000 militantes bolcheviques em Petrogrado (que equivalem a 0,5% da classe operária industrial). Na abertura da conferência bolchevique de abril, os membros do partido em Petrogrado já haviam aumentado para 16.000. Em finais de junho eles já eram 32.000; 2.000 soldados tinham, além disso, ingressado na

Organização Militar Bolchevique e 4.000 tinham se associado ao “Clube Pravda”, organismo de massas “não partidário” operado pelo bolchevismo.

No Primeiro Congresso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados de Toda Rússia havia 533 delegados mencheviques e esseristas (SRs) e 105 delegados bolcheviques, entre 15% e 16% do total (Rabinowitch, 2016). Nas eleições para a Duma Municipal de Moscou, em junho de 1917, sobre um total de 646.560 votos, 75.409 (em torno de 12%) foram para os bolcheviques, contra 76.407 para os mencheviques, 108.781 para os *Kadetes* (Democratas Constitucionalistas) e 374.885 para os SRs, ainda amplamente majoritários, não só nos distritos agrários (Rosenberg, 1974). A presença e atividade bolchevique era mais forte em São Petersburgo, no coração industrial e militar da Rússia em guerra. O Governo Provisório havia dado garantias à continuidade da participação russa na guerra, garantindo aos países da Entente que cumpriria todas as obrigações que a aliança com eles comportava. Depois da crise de abril, essa política foi prosseguida pelo governo constituído em maio de 1917, no qual Kerensky era ministro da Guerra. Em julho, o Governo Provisório lançou uma ofensiva militar que teve um saldo de 60 mil vítimas, entre soldados russos mortos e feridos. Em decorrência disso, uma segunda crise política de grande envergadura aconteceu em julho-agosto. Em Petrogrado os operários manifestaram contra os ministros burgueses, com uma combatividade que surpreendeu os próprios bolcheviques.

A 5 de julho, o Comitê Executivo Central dos Sovietes e os funcionários do Distrito Militar de Petrogrado lançaram uma operação militar para retomar o controle na capital. As tropas leais ao governo ocuparam a mansão Kchesinskaia e destruíram a sede editorial da *Pravda*. Lênin, que tinha se ocultado, escapou por pouco. Tropas leais ao governo também ocuparam a fortaleza de Pedro e Paulo, abandonada pelos soldados do Primeiro Regimento de Metralhadoras por ordem da Organização Militar bolchevique. O Comitê Central bolchevique também instruiu seus seguidores para dar fim às manifestações de rua, convidando os trabalhadores para voltar ao trabalho e os soldados para voltar às casernas. Foi nesse momento que o Governo Provisório ordenou a prisão dos principais líderes bolcheviques: Lênin, Zinoviev (que passaram à clandestinidade) e Kamenev, e dos chefes da Organização Interdistrital, Lunacharsky e Trotsky.

A iniciativa governamental deteve Trotsky e obrigou Lênin a se esconder na Finlândia, enquanto o governo tentava com uma “Conferência de Estado” criar um contrapeso aos soviets. Kerensky, chefe do novo governo, nominou o general Kornilov como chefe do exército. Embora alguns dos detidos, como Trotsky, saíram da prisão durante o posterior golpe de Kornilov para organizar a resistência operária, outros só seriam libertados pela Revolução de Outubro. Assim concluíram as “jornadas de julho”, que foram nas palavras de Lênin, “muito mais do que uma demonstração e algo menos do que uma revolução”. Embora com alguns de seus líderes na clandestinidade e com seus periódicos *Pravda*, *Soldatskaia Pravda* e *Pravdy Golos* clausurados, o retrocesso bolchevique foi de curta duração (Gaido, 2017).

O Governo Provisório havia se recomposto a 27 de julho. Petrogrado ainda estava isolada no país; os bolcheviques chamaram a uma pausa na mobilização: tomar o poder nesse momento na capital (o que era tecnicamente possível, graças ao seu domínio da guarnição da capital) teria sido provavelmente condenar-se à sorte (a derrota) da Comuna de Paris de 1871. A direita explorou o momentâneo recuo político, aproveitando uma nova ofensiva militar alemã para lançar uma campanha de propaganda acusando os bolcheviques de serem “agentes do Kaiser” (o Imperador alemão).¹ O chefe do Exército tinha seus próprios planos para uma ditadura militar, embora fizesse jogo

duplo: “Kornilov planejou dois golpes, um junto a Kerensky contra os bolcheviques e outro contra o próprio Governo Provisório (embora) ambos esperassem contrastar a pressão dos operários intransigentes, que estavam criando comitês de fábrica para tomar o poder nos locais de trabalho e organizando grupos paramilitares de ‘guardas vermelhos’ para manter a ordem pública e proteger a revolução contra a violência reacionária” (Le Blanc, 2017).

Foi nesse contexto que a extrema direita, com a cumplicidade passiva do governo, tentou seu *va tout*, através da tentativa de um golpe militar; o general Lavr Kornilov tentou implantar uma ditadura, mas seu golpe foi esmagado rapidamente pelas massas mobilizadas, com grande participação dos soldados: “Comovidas pelas notícias do ataque de Kornilov, todas as organizações políticas à esquerda dos cadetes, todas as organizações sindicais, grandes ou pequenas, e os comitês de soldados e marinheiros de todos os níveis, se levantaram em luta contra Kornilov. Seria difícil achar na história recente uma ação política mais potente e eficaz realizada de modo tão espontâneo e unificado” (Rabinowitch, 2017).

O golpe de Kornilov foi deflagrado em condições de caos no exército russo. A conquista de Riga pelos alemães marcou o fim das ilusões russas de continuar e vencer a guerra; os generais percebiam que não tinham mais nenhum controle sobre as tropas. Em 23 de agosto, Kornilov, distraído da frente de guerra tropas cossacas importantes e consideradas legalistas, incluindo a “divisão selvagem” muçulmana, ordenou que o general Krymov atacasse Petrogrado e a colocasse sob cerco, emitindo um edito se auto-proclamando salvador do país contra a maré bolchevique, e solicitando a Kerensky poderes plenos. Este os negou, acusando o general de alta traição, um mandado de prisão contra ele foi emitido. Kerensky, para defender-se, confia a defesa da cidade para as forças revolucionárias que seguem as diretivas das unidades soviéticas e da Guarda Vermelha: ele foi forçado a permitir o armamento dos trabalhadores e a legalização da Guarda Vermelha, dissolvida após os acontecimentos de julho, e a libertar os bolcheviques presos, incluindo Trotsky que, em seguida, constituiu o Comitê Militar Revolucionário do Soviete, que organizou 25 mil homens para a defesa da cidade, enquanto os trabalhadores das fábricas militares retomavam a produção de rifles e outras armas.

Pressionado, Kerensky demitiu Kornilov a 9 de setembro: Kornilov respondeu com um chamado a todos os russos para que “salvassem sua pátria moribunda” e ordenou seus soldados cossacos e chechenos para que avançassem sobre Petrogrado, com a ajuda de especialistas e equipamentos britânicos (a Grã-Bretanha se proclamaria depois campeã da “democracia” contra o poder soviético...). Sem poder confiar em seu próprio exército, Kerensky buscou ajuda no Soviet, na Organização Militar Bolchevique e nos Guardas Vermelhos. A população da capital mobilizou milícias populares para defender Petrogrado. Muitas delas foram criadas pelos bolcheviques, que também enviaram comandos aos acampamentos de Kornilov para realizar propaganda política anti-golpista e revolucionária.

Uma ação decisiva contra as tropas de Krymov foi realizada pelos trabalhadores das estradas de ferro, que reduziram o tráfego e a velocidade dos comboios, desviando trens de cossacos para outros destinos, enquanto os sabotadores bolcheviques removiam os trilhos e os funcionários do telégrafo entregavam os despachos de Kornilov, não para seus destinatários, mas para o Comitê do Soviete de Petrogrado. A ação final decisiva foi realizada pelos numerosos esquadrões de emissários dos sovietes caucasianos que passaram para a Guarda Vermelha, encontrando e arengando as tropas nos os trens, con-

vencendo-as para o fim da guerra, o retorno para casa e a distribuição das terras aráveis. Em poucos dias, as tropas se dispersaram, não obedecendo mais aos oficiais. Krymov voltou ao seu Quartel Geral com alguns oficiais fiéis, e suicidou-se.

Durante a tentativa de golpe militar, os bolcheviques propuseram aos mencheviques e socialistas revolucionários uma ação comum, uma frente única, contra o golpe militar direitista, e criaram junto com eles organizações que revelaram quem era quem na revolução: “Os bolcheviques eram a única organização de grandes dimensões que agia de conjunto sob uma disciplina comum e conectada com as bases sociais democráticas da capital (Petrogrado)... As massas eram organizadas pelo bolchevismo” (Sukhanov, 1984). O Governo Provisório, durante os dias da revolta de Kornilov, solicitou o apoio dos bolcheviques para proteger o governo; com isso, os bolcheviques tiveram a oportunidade de se armarem legalmente. Como resultado, os destacamentos da Guarda Vermelha começaram a ser agrupados nos distritos dos trabalhadores, geralmente sob o comando de líderes bolcheviques. Ao mesmo tempo, a Guarda Vermelha começou a tomar forma não só na região industrial central do país, mas também na Bielorrússia, no Don, no Kuban, na Transcaucásia, na Ásia Central, nos Urais, na Sibéria e no Extremo Oriente. No final de setembro, os destacamentos da Guarda Vermelha já estavam presentes em 104 centros operários do país. No total, o número de homens engajados na Guarda Vermelha na Rússia antes da Revolução de Outubro atingiu 250 mil.

Todas as organizações e partidos de esquerda (inclusive aqueles que participavam do Governo Provisório) foram arrastados pelo bolchevismo, através do irrecusável apelo unitário deste; o bolchevismo, no entanto, recusou apoiar o governo Kerensky diante do golpe militar: “Mesmo agora não devemos sustentar o governo Kerensky. Fazê-lo seria uma falta de princípios”, escreveu Lênin, completando: “A guerra contra Kornilov deve ser levada adiante de modo revolucionário, mobilizando as massas, sublevando-as e incendiando-as (Kerensky, ao contrário, tem medo das massas e do povo)”. O próprio Kerensky foi obrigado a comparecer diante do Soviet, sendo pressionado para fornecer armas e munições aos trabalhadores, que aceitaram as armas que lhes foram fornecidas e tomaram outras pela força: “Os bolcheviques estiveram na primeira linha de combate, destruíram as barreiras que os separavam dos operários mencheviques e, sobretudo, dos soldados socialistas revolucionários, arrastando-os atrás de si” (Trotsky, 2012). A tentativa de golpe de Kornilov foi finalmente frustrada sem derramamento de sangue, pois seus soldados cossacos e chechenos o desertaram.

A unificação das tendências revolucionárias se produziu em momentos em que, segundo o memorialista menchevique Sukhanov, “as massas viviam e respiravam com os bolcheviques, estavam inteiramente nas mãos do partido de Lênin e Trotsky”. Os próprios oficiais de Kornilov se queixaram de sua péssima sorte: “Que poderíamos ter feito, quando toda Rússia era bolchevique?”. A tentativa do Kornilov foi a gota d’água final da débâcle política da aristocracia russa e das “potências democráticas” intervencionistas: o embaixador norte-americano, David Francis, um verdadeiro “democrata”, criticou severamente Kerensky por não ter se alinhado com o general Kornilov (ou seja, por não ter realizado um auto-golpe de base militar) e, sobretudo, por não ter fuzilado em julho os “agentes alemães traidores” Lênin e Trotsky.

O fracasso do golpe militar precipitou deserções massivas no *front*, radicalizou a revolução agrária, permitiu a extensão da influência bolchevique nos soviets, onde pela primeira vez os partidários de Lênin obtinham maioria; o caminho para o poder soviético dirigido pelo partido bolchevique estava aberto. Os operários exigiam o fim do governo de coalizão e medidas imediatas. Restava que o partido bolchevique e a direção dos

soviets tomassem esse caminho; o bolchevismo já era a direção objetiva da revolução: faltava consagrar esse fato politicamente. O maior obstáculo político nesse sentido estava, paradoxalmente, na própria direção bolchevique.

A “segunda coalizão” do Governo Provisório era formada, majoritariamente por SRs e mencheviques, que se uniram aos partidos burgueses, dando origem a um bloco unido por uma política: aguardar a paz externa para convocar a Assembleia Constituinte, que definiria as reformas pedidas pelo povo. Os bolcheviques realizaram, na clandestinidade, seu VI Congresso. A sua palavra de ordem central passou de “Todo poder aos Sovietes” para “Todo poder aos Operários e Camponeses”: eles estavam dispostos, caso fosse preciso, a assaltar o poder sem os soviets. Em resposta, o governo da segunda coalizão convocou, para 12 de agosto, em Moscou, uma Conferência de Estado. Esta, na prática, serviu para articular as forças mais conservadoras. Articulava-se novamente um golpe de estado.

Ao mesmo tempo, as tropas alemãs se aproximavam cada vez mais de Petrogrado. Os soviets formaram uma direção de emergência, incluindo os bolcheviques, para defender a revolução, reorganizando a Guarda Vermelha e enviando delegados soviéticos para persuadir os soldados a não combaterem pelos seus generais. Os SRs e mencheviques estavam debilitados: a prolongada aliança com os partidos burgueses não mais era justificável. A organização soviética se fortalecia e crescia a pressão em favor do atendimento imediato das reivindicações populares, *pão, paz, terra*. As nações não-russas não aceitavam as diretrizes do governo. Os comitês de fábrica assumiam o controle das unidades industriais. Os camponeses realizavam a “reforma agrária” na prática, organizados nos comitês agrários de aldeia. A revolução estava em andamento, mas não detinha o poder político.

O congresso bolchevique de agosto, numerado como VI Congresso do POSDR (bolchevique), decidiu sua mudança de nome para “Partido Comunista”, e representava 240 mil militantes (em fevereiro, o bolchevismo tinha apenas alguns poucos milhares) presentes em 162 organizações de todo tipo espalhadas pela Rússia. No congresso se materializou a incorporação ao bolchevismo de várias correntes e grupos revolucionários com os quais já atuava conjuntamente. As adesões ao bolchevismo não eram todas individuais, pois englobavam grupos inteiros não definidos em relação às frações socialistas anteriores à guerra: a já mencionada “Organização Interdistrital” teve três de seus dirigentes eleitos para o Comitê Central, entre os quais Trotsky (o mais votado para o novo CC junto com Lênin e Jakob Svredlov). Stalin ocupou, na votação para o CC bolchevique, o primeiro lugar depois dos dirigentes e figuras públicas mais conhecidas.

A guerra, com sua seqüela de mortes em série, continuava: as palavras de Trotsky no *Proletarii* de 24 de agosto de 1917, no meio da luta contra o golpe de Kornilov, pareciam apenas realistas: “Revolução permanente ou massacre permanente! Essa é a luta de cujo resultado depende a sorte da humanidade” (Trotsky, 1976). Em agosto de 1917, o Santo Sínodo da Igreja Russa Ortodoxa se reuniu em Moscou, onde decidiu restaurar o patriarcado (desde os tempos de Pedro o Grande até Nicolau II, a Igreja da Rússia fora administrada por um Santo Sínodo sob a estrita supervisão do Czar), elegendo o metropolitano Tikón para ocupar o trono patriarcal; a Igreja se preparava para uma ditadura militar-clerical; antes mesmo de concluir o Sínodo, porém, foi anunciado o assassinato do metropolitano de Kiev.

O colapso da ofensiva do 11º Exército na frente sul-oeste, diante de um massivo contra-ataque dos exércitos austro-alemães, e a deterioração da situação econômica, fizeram

com que as palavras de ordem bolcheviques atingissem sua plena validade. Os periódicos bolcheviques reapareceram e os comitês do partido também ficaram novamente em pé. Os bolcheviques começaram um grande esforço de propaganda, triplicando a tiragem do *Pravda* em menos de um mês (de 100 mil cópias em junho para mais de 350 mil em julho). Em 20 de agosto os bolcheviques conquistaram um terço dos votos nas eleições municipais em Petrogrado. A atividade dos soviets diminuía e suas reuniões se tornavam menos concorridas. No entanto, seria neles que os bolcheviques se apoiaram para conquistar o poder político apenas dois meses depois.

Os acontecimentos políticos se precipitaram. Em 31 de agosto, verificou-se uma primeira maioria bolchevique no Soviete de Petrogrado e em outras cidades. Em 8 de setembro, Trotsky foi eleito presidente do Soviete de Petrogrado, dando fim a hegemonia que os SRs e os mencheviques tinham nesse organismo desde fevereiro. Foi então convocada, pelo governo de Kerensky, a Conferência Democrática, para legitimar o governo e preparar as eleições da sempre adiada Assembleia Constituinte. A reunião se iniciou com 1775 delegados. Os SRs e os mencheviques se mantinham fiéis à ideia de que a revolução ainda vivia uma etapa burguesa, sendo, portanto, indispensável a manutenção da aliança com a burguesia e seus representantes político. Porém, a coalizão com os Kadetes, principal partido da burguesia, era mais do que problemática, já que aqueles haviam apoiado a recente tentativa de golpe militar: romper com os Kadetes seria romper com a própria burguesia; não fazendo isso, os SRs e mencheviques se condenavam à inércia, cujo controle lhes escapava cada vez mais, e à impotência política.

Ao fim da Conferência Democrática, formou-se um “Conselho da República”, ou pré-parlamento, com aproximadamente 500 deputados, inclusive burgueses. Os bolcheviques, depois de diversas manobras, se retiraram dele denunciando sua falta de representatividade. Os soviets, já com maioria bolchevique, passaram a exigir todo o poder, mesmo ainda tendo pouca inserção no campo. No meio de uma crise militar, econômica, social e política (Lênin chegou a definir a situação russa como uma “bagunça sangrenta”) o governo decidiu transferir a capital para Moscou, mas as fortes pressões do Soviete o fizeram desistir. O governo de coalizão de esquerda (SR-mencheviques) se encontrava num vazio, entre a burguesia, de um lado, e as massas, principalmente operárias, mobilizadas e que se viam representadas pelo soviets, com o soviets da capital dominado pelos bolcheviques desde setembro, o II congresso soviético já convocado e a criação, em 9 de outubro, do Comitê Militar Revolucionário (CMR) do Soviete de Petrogrado. Era flagrante sua superioridade e força política em relação ao governo, já que contava com a simpatia da guarnição militar da cidade e dispunha das forças da Guarda Vermelha.

Lars T. Lih relativizou a ideia de que a orientação leninista, durante esse período, fosse a de uma ruptura política com o “velho bolchevismo”, caracterizado ainda por uma concepção “etapista” da revolução russa. A crítica de Lênin aos velhos dirigentes, segundo esse autor, referia-se mais à sua repetição de velhas fórmulas, em vez da “análise concreta de uma situação concreta”: “A estratégia que fez triunfar a Revolução de Outubro foi exatamente (sic) a mesma defendida pelo antigo bolchevismo: a revolução anti-czarista estourou, correntes liberais e outras forças vacilantes tentaram detê-la antes que fosse longe demais e o proletariado socialista pressionou por um avanço, uma transformação mais profunda e completa. Sua mensagem ao povo era que, se eles não dependessem do poder de classe, se não se livrassem das correntes liberais e das elites, não poderiam realizar nem mesmo as tarefas básicas da revolução. Esta mensagem fez sen-

tido para muitas pessoas. A tendência bolchevique ganhou a maioria e tomou o poder” (Lih, 2020). A afirmação do autor faz pouco caso, ou minimiza, a crise política explícita que percorreu o bolchevismo desde os primeiros dias após a Revolução de Fevereiro até praticamente a insurreição de outubro.

Em outubro de 1917, também, e pela primeira vez, foi eleito um Birô Político do Comitê Central. Era composto por sete membros: Lenin, Trotsky, Zinoviev, Kamenev, Sokolnikov, Bubnov e Stalin. O “novo bolchevismo” concretizava a convergência política, através de uma atitude comum em relação aos problemas da revolução, de diversas correntes ou grupos políticos; o fundamento sólido do “partido revolucionário unificado” era, porém, o POSDR (bolchevique) de Lênin - transformado em Partido Comunista - no qual desaguaram os “riachos revolucionários” (Radek, 1976). Dois anos após a Revolução de Outubro, Lênin constataria: “No momento da conquista do poder, quando foi criada a República dos Sovietes, o bolchevismo atraía tudo o que havia de melhor nas tendências do pensamento socialista mais próximo”.

Para o objetivo da luta bolchevique, a persistência de sua presença nos soviets foi a questão-chave. Enquanto outros partidos socialistas abandonavam os soviets, os bolcheviques aumentavam sua presença neles. Logo depois das “jornadas de julho”, Lênin escreveu que “as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução acabaram para sempre” – para ele, essa esperança estava anteriormente viva em função do duplo poder, do poder e autoridade crescente dos soviets, e da possibilidade de que a pressão política e social obrigasse o Governo Provisório a ceder pacificamente o poder a quem já o exercia de fato; uma possibilidade que Lênin qualificava como “historicamente excepcional”, pois equivalia a uma transferência voluntária do poder para a revolução pelo regime existente, encurralado e sem saída. Depois da conquista de uma maioria bolchevique nas principais guarnições militares, a “revolução bolchevique” parecia inevitável: o bolchevismo já controlava as principais alavancas do poder; todos os outros partidos políticos tinham desfilado no governo, sem resolver os urgentes problemas internos e externos da Rússia, e isto no quadro de uma crise revolucionária.

Em resumo: em apenas oito meses, todas as variantes políticas “democráticas” tinham sido experimentadas infrutuosamente. Paralelamente, entre fevereiro e outubro de 1917, os bolcheviques haviam se esforçado para preparar a classe operária com vistas a exercer o poder político. Em um opúsculo (*Os Bolcheviques Conservarão o Poder?*) anterior à tomada do poder, Lênin consignava que “a principal dificuldade para a revolução proletária consiste em realizar, em escala nacional, o inventário e o controle mais preciso, o controle operário da produção e da distribuição”. O bolchevismo pensava e agia como partido governante antes de chegar ao governo efetivo. A revolução, por outro lado, provocara o surgimento espontâneo de organismos de gestão operária das fábricas.

Além da dualidade de poderes entre o Governo Provisório e os soviets, havia também uma diferença entre os que favoreciam um controle externo da produção, por parte de alguma representação política (partido, sindicato, conselho popular, soviets) e os que propugnavam o controle operário direto. A dicotomia entre conselho (ou comitê) de fábrica e Estado (parlamentar ou soviético) desenvolveu-se na Rússia durante o ano de 1917 prolongando-se até o início dos anos 1920. Os conselhos de fábrica eram entendidos como uma expressão pura e direta dos operários, enquanto os soviets eram vistos como uma representação mais ampla da classe operária e de outras classes oprimidas que não realizavam trabalho produtivo em fábricas. A contradição entre soviets e conselhos de fábrica não se dava apenas na teoria, mas também em momentos de nítida disputa de poder. Em momentos em que a revolução se defrontava com a manutenção de

uma maioria conciliadora no Soviete, Lênin chegou a cogitar que a base do futuro poder operário fossem os comitês de fábrica.

O potencial governo bolchevique era uma consequência do desenvolvimento político dos oito meses transcorridos desde a Revolução de Fevereiro. Em outubro de 1917, junto com o declínio da influência dos socialistas revolucionários (SR) no campo, os bolcheviques haviam conquistado a maioria nos sovietes industriais, sobretudo dos seus setores mais dinâmicos. Trezentos mil soldados e marinheiros da guarnição de Petrogrado só aceitavam ordens dos sovietes bolcheviques. Em contrapartida, o governo contava, na capital, com apenas trinta mil soldados a seu favor. Em setembro os bolcheviques conquistaram a maioria no Soviete de Petrogrado e Trotsky, como vimos, foi eleito seu presidente: “Em setembro de 1917, os mencheviques e os SR, desejosos de achar parceiros para um governo democrático, perderam o controle da situação. Os bolcheviques tentaram negociar com eles um programa comum, com a condição de que parassem de buscar as benesses dos liberais. Seu *não* definiu a sorte da ala bolchevique favorável a um governo de coalizão... e, também, a daqueles que rejeitaram a oferta. A partir de então, a tomada do poder pelos bolcheviques parecia a única saída realista” (Lewin, 1996).

A 16 de outubro, Kerensky transmitiu à guarnição militar de Petrogrado uma ordem de deslocamento para o *front*. Uma vez que a guarnição só obedecia ao Soviete de Petrogrado, Trotsky a conservou na capital, e justificou o descumprimento da ordem do Governo Provisório com a necessidade de defender a cidade de prováveis ataques do exército alemão. A permanência da guarnição selava a sorte do governo de Kerensky, esvaziado de base popular e militarmente impotente. A manobra de Trotsky foi caracterizada como um “golpe de Estado em frio” (Goodspeed, 2011), consistente em apresentar uma manobra ofensiva para chegar ao poder como uma manobra defensiva para proteger a nação. Na noite de 21 de outubro, o Comitê Militar Revolucionário tomou o controle da guarnição de Petrogrado em nome da seção dos soldados do Soviet. O comandante do distrito, coronel Polkovnikov, recusou ceder o comando e foi condenado como “contrarrevolucionário”. A 24 de outubro, em desespero, Kerensky ordenou a repressão policial contra o Soviete de Petrogrado e o partido bolchevique. No dia seguinte devia iniciar-se a reunião do Segundo Congresso dos Sovietes de Toda Rússia: o próprio chefe do Governo Provisório forneceu o motivo formal para sua derrubada.

Quem tomaria a decisão política de derrubá-lo e realizar as promessas da revolução (pão, paz e terra)? Quase exatos dois meses depois do fracasso de Kornilov, meses durante os quais a crescente influência bolchevique nos sovietes e, sobretudo, nos comitês de fábrica, se transformara em maioria numérica, Lênin enfrentou a batalha no Comitê Central bolchevique (já “comunista”) onde, contra a oposição dos influentes dirigentes Zinoviev e Kamenev, conseguiu fazer aprovar sua moção de insurreição imediata e de proclamação do poder soviético, derrubando de vez o Governo Provisório. A organização da insurreição, proposta por Lênin, foi aprovada com dez votos a favor (Lênin, Sverdlov, Trotsky, Stalin, Uritsky, Dzherzhinski, Kollontai, Bubnov, Sokolnikov, Lomov) e dois contrários (Zinoviev e Kamenev). No dia imediato seguinte, os dois últimos publicaram um artigo contrário à insurreição, que Lênin considerou uma traição, solicitando a exclusão de ambos do partido (o que não aconteceu).

Os eixos da argumentação de Lênin (responsável pelo informe central, que se seguiu aos informes regionais) em favor da insurreição foram dois: a) “A situação internacional é de tal natureza que a iniciativa deve ser nossa; b) A maioria (popular) está conosco. Politicamente, a situação é propícia para a tomada do poder” (AA.VV., 1978). Ambos os fatores foram postos em pé de igualdade como fundamento para a proposição de insu-

rreição imediata. A divergência entre Lênin e Trotsky, transformada depois em mito e questão de princípios, foi acerca da data insurrecional, que Trotsky propunha adiar para logo depois de inaugurado o Segundo Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia, sendo derrotado pela proposta de insurreição imediata de Lênin. Na votação precedente, Stalin alinhou-se com Lênin, contra Kamenev e Zinoviev, seus aliados de fevereiro precedente: ele já demonstrava uma notável capacidade de efetuar reviravoltas (que caracterizariam sua trajetória política ulterior) em função do vento político dominante.

A insurreição começou em 24 de outubro, depois que o Governo Provisório tomara medidas repressivas contra os bolcheviques. O Comitê Militar Revolucionário enviou grupos de Guardas Vermelhos para tomar as principais agências telegráficas e baixar as pontes sobre o rio Neva. Quando o Segundo Congresso dos Sovietes foi reunido, em 25 de outubro de 1917, 505 dos 670 delegados chegaram comprometidos a votar a transferência de “todo o poder aos soviets”. Esses delegados representavam 402 soviets locais de operários e soldados o que significava dezenas de milhões de pessoas. Não só existia uma clara maioria bolchevique, mas os SRs de esquerda apareceram majoritários contra a ala direita, conciliadora, de seu partido.

A ação insurrecional foi rápida e sem impedimentos. Um comunicado declarando o fim do Governo Provisório e a transferência do poder para o Soviete de Petrogrado foi emitido pelo CMR às dez horas de 25 de outubro – de fato escrito por Lênin. À tarde uma sessão extraordinária do Soviete de Petrogrado foi presidida por Trotsky. Ela estava cheia de deputados bolcheviques e socialistas revolucionários de esquerda, mais da metade dos 193 delegados SRs. O Segundo Congresso de Sovietes abriu-se naquela noite, escolhendo um “Conselho de Comissários do Povo” composto por três mencheviques e 21 bolcheviques e socialistas de esquerda, que formaria a base de um novo governo unificador do conjunto da esquerda. O Comitê Executivo do Soviete de Petrogrado rejeitou a decisão e convocou os soviets e o exército para defender a revolução.

A insurreição foi vitoriosa em Petrogrado sob a direção do CMR do Soviete presidido por Trotsky e obedecendo ao planejamento meticuloso realizado pela comissão militar bolchevique chefiada por Antonov-Ovseenko. O CMR executou o plano insurrecional e, em questão de horas, os ministérios, repartições públicas e a sede do governo caíram sob o domínio dos “Guardas Vermelhos”. Os combates provocaram uma dezena de mortos e sessenta feridos em Petrogrado. A partir daí, a transferência do poder aos soviets se efetuiu em poucos dias, com poucos atritos, por todo o território do antigo império, à exceção de Moscou, onde o poder custou algumas centenas de mortos aos insurretos. O Segundo Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia (com 390 bolcheviques entre seus 673 delegados, quase 60% do total; no congresso precedente, como vimos, os bolcheviques mal superavam o percentual de 15%) conferiu aos bolcheviques uma maioria decisiva e decisória: os 283 delegados não bolcheviques estavam divididos entre diversos partidos enfrentados entre si, ou eram delegados “sem partido”. O Congresso aprovou a insurreição e o novo “Governo dos Comissários do Povo” (*Sovnarkom*).²

Às 10 horas da manhã de 25 de outubro de 1917, o jornal *Rabochi i Soldat* informava os “cidadãos da Rússia”: “O Governo Provisório foi deposto. O poder de Estado passou para as mãos do órgão do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado — o Comitê Militar Revolucionário —, que se encontra à frente do proletariado e da guarnição de Petrogrado. A causa pela qual o povo lutou — a proposta imediata de uma paz democrática, a supressão da propriedade latifundiária da terra, o controle operário sobre a produção, a criação de um Governo Soviético — esta causa está assegurada. Viva

a revolução dos operários, soldados e camponeses!”. Assinava o texto o “Comité Militar Revolucionário anexo ao Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado”.

O governo soviético tinha a seguinte composição, inteiramente bolchevique: Presidente: Vladimir Lênin; Secretário: Nikolai Gorbunov; Agricultura: Vladimir Milyutin; Guerra e Assuntos Navais: Nikolai Podvoisky (Comissário do Povo), Nikolai Krylenko (Colégio de Guerra), Pável Dybenko (Colégio Naval); Comércio e Indústria: Viktor Nogin; Educação: Anatóli Lunatcharski; Abastecimento: Ivan Teodorovich; Assuntos Externos: Leon Trotsky; Assuntos Internos: Aleksei Rykov; Justiça: Georgy Oppokov; Trabalho: Alexander Chliapnikov; Nacionalidades: Joseph Stalin; Correios e Telégrafos: Nikolai Glebov-Avilov; Finanças: Ivan Skvortsov-Stepanov; Bem-Estar Social: Alexandra Kollontai. Os 68 delegados mencheviques se retiraram do congresso soviético, assim como os SRs de direita, após atacar os bolcheviques. Ainda assim, Martov (líder dos 14 delegados “mencheviques internacionalistas”) insistiu na proposta do “governo de unidade socialista”, retirando-se do congresso soviético após vê-la derrotada. As eleições para a Assembleia Constituinte foram marcadas para 12 de novembro.

Stalin ingressou naturalmente e sem discussões no governo soviético (Trotsky quase recusou seu cargo de Comissário para as Relações Externas, argumentando que sua condição judaica poderia trazer problemas diante da forte tradição antisemita do país, ao que Lênin se opôs de modo veemente), ocupando o cargo de presidente do Comissariado das Nacionalidades. Mesmo nas hagiografias escritas durante o período stalinista, as menções à atividade de Stalin durante o período de preparação e consumação da Revolução de Outubro, incluída a insurreição militar, são escassas (quando não falsificadas, quando se lhe atribui um posto dirigente na operação). Durante os acontecimentos revolucionários, Stalin exercia responsabilidades, principalmente, na imprensa bolchevique.

O congresso concluiu a 27 de outubro, com o apoio dos representantes dos SRs de esquerda ao governo soviético/bolchevique. Maria Spiridonova (1884-1941) foi designada chefe da seção camponesa (agrária) do congresso soviético, um compromisso político que não duraria muito tempo. Maria, histórica líder dos socialistas revolucionários, escrevia: “Os operários da Rússia têm diante de si perspectivas históricas até agora desconhecidas. Todos os movimentos revolucionários do proletariado, até o presente, foram derrotados. O movimento atual é internacional. *Eis por que é invencível. No mundo inteiro, não há força capaz de extinguir este incêndio revolucionário.* O velho mundo desmorona-se e um novo mundo nasce” (Reed, 2002). Não era uma convicção individual, mas um sentimento geral. Uma ilusão? Se assim o fosse, seria, provavelmente, a mais coletiva delas em escala histórica. O governo soviético se viu defronte aos imensos problemas estratégico/políticos criados pelo império multinacional dos Romanov, deixados basicamente intocados pelos governos emergentes da Revolução de Fevereiro. A Revolução de Outubro buscou varrer de imediato o enorme edifício em que se apoiava a opressão social, política e nacional do Império dos czares.

Na noite de 26 de outubro o Congresso dos Sovietes aprovou o “Decreto da Paz”, determinando a retirada imediata da Rússia da guerra mundial, e o “Decreto da Terra”, distribuindo as terras entre os camponeses e seus comitês de aldeia. Vários soviets e representações operárias (em especial o poderoso sindicato nacional dos ferroviários, assim como o dos correios: ambos eram os principais sindicatos de alcance nacional) mantiveram sua posição em favor de um governo de coalizão de todos os partidos socialistas (sem representantes dos partidos burgueses) em vez de um governo de hegemo-

nia bolchevique: Kamenev e Zinoviev, no CC bolchevique, defenderam essa posição, sendo novamente derrotados. O acirramento da luta política, e dos próprios acontecimentos pós-revolucionários, em vez de levar nessa direção, transformou a hegemonia inicial em poder político não compartilhado dos comunistas (bolcheviques).

A tese de que a lógica política dos acontecimentos de outubro de 1917 conduzia inevitavelmente em direção de um poder de natureza ditatorial, repressiva e totalitária foi (e continua sendo) defendida por representantes de todas as variantes do pensamento conservador e de direita, da democracia liberal ou progressista, e até por vertentes abundantes da esquerda (desde anarquistas até partidários hodiernos de Rosa Luxemburgo, passando por todas as variantes da socialdemocracia). Pode-se dizer que ela configura um consenso político/ideológico quase único na história e na historiografia contemporânea. A Revolução de Outubro foi executada através de um golpe de Estado, que seus críticos qualificaram de atentado contra as “instituições democráticas” que, para desgraça desse raciocínio, inexistiam na Rússia (os sucessivos “Governos Provisórios” não tinham sido eleitos; sua “legitimidade” era oriunda de uma Duma eleita, em condições antidemocráticas, na vigência do velho regime autocrático). Ainda assim, esse ângulo de análise é predominante na historiografia: o bolchevismo teria sido, essencialmente, um carro de guerra, mesmo involuntário, contra a democracia (e o ulterior stalinismo, sua expressão sem véus), pois pretendeu superar a democracia burguesa quando esta sequer tinha sido realizada, por carecer de bases históricas (Pipes, 2008).³

Os fundamentos dessa análise variam. Uma vertente marxista sustenta que a Rússia, ainda predominantemente feudal e industrialmente atrasada, não estava madura para uma transformação socialista (o restante, ou seja, o stalinismo, seria decorrência dessa “revolução precoce”). Diversos autores, inclusive marxistas, atacaram sua premissa histórica. Trotsky teria superestimado a existência, na Rússia, de um proletariado revolucionário, ou seja, de uma classe possuidora de uma “cultura social e política próprias”: apesar de reconhecer os limites da consciência socialista do operariado russo, não teria atribuído a esse fator a devida importância, já que “a orientação dos trabalhadores para o socialismo era uma das pré-condições para a validade da teoria da revolução permanente” (Knei-Paz, 1979).

De modo semelhante, Maximilien Rubel afirmou que o proletariado russo, mesmo que fortemente organizado, não possuía a consciência de classe necessária para a transformação socialista: “Nessas condições, o único meio, para os ideólogos bolcheviques, de demonstrar a justeza de sua ‘retificação’ da teoria materialista do desenvolvimento, foi suscitar, nas massas camponesas e operárias, a adesão a um comunismo primitivo e igualitário em nome do postulado ético da autoemancipação e não em nome do ‘socialismo científico’, o qual não se pode aplicar senão a um proletariado de massa, política e intelectualmente preparado para transformar o modo de produção herdeiro de uma economia capitalista que chegou ao limite de seu desenvolvimento” (Rubel, 1974).⁴

O “marxista analítico” Jon Elster, por sua vez, construiu sua crítica do bolchevismo sobre a ausência das pré-condições objetivas (o desenvolvimento das forças produtivas a um nível que tornasse o comunismo viável) e subjetivas (a disposição do operariado) para uma revolução socialista. Marx, segundo esse autor, acreditava que a junção dessas condições se daria, até certo ponto, de modo “nacional”. A coexistência das condições objetivas e subjetivas garantiria o levante revolucionário assim como sua sequência. Elster rejeitou as formas ou possibilidades dessa união. Depois de rejeitar a possibilidade da revolução ocorrer em primeiro lugar em um país atrasado, Elster afirmou que ela também não poderia ocorrer em um país avançado: o proletariado das nações avança-

das só se sentiria motivado a fazer a revolução se tivesse um exemplo concreto dos benefícios do comunismo, se um país atrasado conseguisse instaurá-lo e demonstrar suas vantagens. O proletariado de uma nação desenvolvida jamais jogaria suas conquistas para o céu, se arriscando numa aventura revolucionária: “Sem bases racionais. Trotsky tinha fé em que a deflagração revolucionária internacional fosse iniciada pela revolução na Rússia”.

O bolchevismo seria portador de uma “revolução impossível”, um fenômeno político a ser incluído dentro do messianismo religioso. Já que as vantagens que a Rússia possuía para fazer a revolução não significariam a possibilidade de transformar as formas fundamentais de sua economia na direção do socialismo, permitir que a revolução colocasse as lideranças proletárias no poder teria sido o grande erro da Rússia: “O único cenário que poderia satisfazer ao marxista é aquele onde os trabalhadores ajudam com êxito a burguesia a tomar o poder e depois tratam de tomar o seu lugar sem êxito. Essa derrota dará tempo para o desenvolvimento capitalista e reforçará a consciência de classe do proletariado para lutas posteriores... Na prática, isso jamais funcionou” (Elster, 1989). O autor citado deu forma radical a uma análise semelhante à do comunista espanhol Fernando Claudín, para quem a Rússia, ainda predominantemente feudal e industrialmente atrasada, não estava madura para uma transformação socialista (Claudín, 2012).

Essa linha de raciocínio é persistente: “Para a Rússia, à beira da modernidade burguesa, o socialismo era um substituto mais ou menos adequado dos elementos constitutivos religiosos do modo de produção capitalista na Europa ocidental, desde a Reforma”, afirmou Robert Kurz: “A Revolução de Outubro fez surgir um moderno sistema produtor de mercadorias, sem permitir que este seguisse seus próprios mecanismos funcionais; a concorrência entre os participantes do mercado foi impossibilitada e substituída pelo comando estatal... Desde o princípio, o socialismo real não podia suprimir a sociedade capitalista da modernidade; ele próprio é parte do sistema produtor burguês de mercadorias e não substitui essa forma social histórica por outra, mas sim representa somente outra fase de desenvolvimento dentro da mesma formação da época... Como na violenta época originária do mercantilismo, a pretensão extrínseca do Estado, por incapacidade de socialização intrínseca, repete-se as formações do socialismo real, que assim se revela como regime modernizador protocapitalista de sociedades burguesas atrasadas” (Kurz, 1992).

O “socialismo russo” teria sido o invólucro ideológico de uma revolução que, pelas suas tarefas objetivas, só poderia ter um caráter capitalista-estatal, com uma matriz ideológica assemelhada ao nacionalismo, e um halo “socialista”, do qual o stalinismo não foi senão expressão. Bem antes desses autores, o ex comunista (e deputado) alemão Karl Korsch explicitou esse ponto de vista em todas as suas consequências: “O marxismo russo, em todas as suas fases de desenvolvimento e em todas as suas correntes, desde o início e subsequentemente, não foi nada mais do que a forma ideológica para a luta material em favor do êxito do desenvolvimento capitalista na Rússia czarista feudal. A sociedade burguesa, já plenamente desenvolvida no Ocidente, necessitava - para sua afirmação histórica no Leste - de uma nova veste ideológica” (Korsch, 1975).

Lars T. Lih tentou politizar esse debate, no qual chegam a ser citadas categorias ontológicas de Marx e até de Hegel, “carregando (erradamente) a responsabilidade sobre a doutrina ideológica”. Lih propôs um enfoque mais empírico (ou “realista”): “Um debate fundamental sobre a Revolução Russa sempre foi: a Rússia estava pronta para uma revolução socialista, ou estava apenas adequada para uma ‘revolução burguesa’? Os bolcheviques defenderam o primeiro, os mencheviques o segundo [ponto de vista].

Quem estava certo e quem estava errado neste debate? Se os mencheviques estavam certos, a Revolução de Outubro foi um erro. Se os bolcheviques estavam certos, o menchevismo deve ser rejeitado como um erro contrarrevolucionário. Essa abordagem tem alguma verdade: os mencheviques e bolcheviques recorreram a conceitos marxistas desse tipo em suas polêmicas de 1917. No entanto, argumentos doutrinários desse tipo estavam longe do cerne da questão. Na verdade, esses eram essencialmente complementos, tentativas de dar legitimidade doutrinária a posições baseadas em leituras empíricas da Rússia em 1917. A verdadeira questão enfrentada pelos partidos socialistas era esta: poderia a crise que engolfava a sociedade russa ser resolvida em cooperação com a sociedade educada, ou a solução exigia uma nova autoridade soberana baseada exclusivamente no *narod*, nos trabalhadores e nos camponeses?”.

Segundo esse enfoque, “há um adendo explicativo que tenta dar legitimidade da doutrina marxista a uma estratégia escolhida empiricamente. Mas, na verdade, os mencheviques não escolheram sua estratégia por causa de rótulos doutrinários como ‘revolução burguesa’. É o oposto: eles insistiram que a Rússia estava enfrentando uma revolução burguesa porque não queriam contornar a ‘burguesia’ (isto é, os especialistas educados e qualificados, ou *spetsy*, como os bolcheviques os chamaram quando perceberam quanto precisavam deles). Nem os bolcheviques escolheram sua estratégia porque estavam inicialmente convencidos, por razões doutrinárias, de que uma revolução socialista era possível na Rússia. É antes o contrário: eles argumentaram que era possível ‘dar os primeiros passos para o socialismo’ imediatamente, porque sentiam que o proletariado deveria tomar o poder. Observadores tardios tendem a fazer desses gestos retóricos em direção à legitimidade doutrinária o cerne da questão” (Lih, 2020b), o que seria, segundo Lih, completamente errado.

Os agudos e acalorados debates teóricos pré-revolucionários teriam sido “retóricos”, uma espécie de passatempo, com vistas a conferir uma aura “teórica” a posições nascidas da intuição política. O problema desse ângulo de análise é o de ser, exatamente, empírico, deixando pairar, sem resolvê-las, as questões centrais da vitória política dos bolcheviques contra os conciliadores e, sobretudo, a questão da continuidade ou descontinuidade entre o “golpe de Outubro” e o “sistema” stalinista, para além de rupturas políticas e manobras ideológicas. Não fora desse escopo, e resumindo uma miríade de opiniões de cunho semelhante, para o historiador norte-americano Richard Pipes, o “Outubro Vermelho foi um golpe de estado clássico, conduzido não pelos soviets, mas pelos bolcheviques”. O “governo soviético”, segundo esse autor, “é uma ideia anarquista. É preciso ter um governo. Os bolcheviques, quando perderam apoio popular, simplesmente ignoraram as eleições. Era só um slogan. Nunca seria possível governar o país por meio de soviets”. Esse “governo impossível” se sustentou, segundo o autor, graças ao “controle da economia e à máquina de terror político”: na medida em que o primeiro é um atributo de qualquer governo, o essencial é o segundo.

De maneiras diversas, os autores citados dão forma, “historiográfica” ou filosófica, à análise, realizada no calor dos acontecimentos, pelo “pai do marxismo russo”. Três dias depois da insurreição de outubro, Giorghii Plekhánov publicou uma *Carta Aberta aos Trabalhadores de Petrogrado* nestes termos: “Muitos de vocês estão felizes com esses acontecimentos, graças aos quais caiu a coalizão do governo de A. F. Kerensky e o poder político passou para as mãos do Soviete dos Deputados dos Operários e Soldados de Petrogrado. Digo-lhes abertamente: esses acontecimentos me entristecem... *Nossa classe trabalhadora está ainda longe de poder segurar em suas mãos, para o bem da nação e de si própria, a totalidade do poder político.* Atribuir-lhe esse poder significa empurrá-la para o

caminho de uma enorme infelicidade histórica, para ela e para toda a Rússia” (grifo do autor).

Bem depois, Jacques Baynac (anarquista) realizou uma interpretação retrospectiva que teria podido reivindicar Plekhánov como seu antecedente: “A revolução russa e o leninismo podem ser resumidos da seguinte forma: na Rússia, nem a burguesia nem o proletariado tinham força suficiente para impor o agrupamento da sociedade ao seu redor. Lênin, margem dos marginais (sic), se viu obrigado a substituir primeiro à burguesia, logo ao proletariado, para acabar fazendo de seu partido o novo centro reclamado pela sociedade. Tinha que cumprir *ao mesmo tempo* os programas da burguesia e do proletariado, compatíveis apenas ao nível da realização do programa do próprio capital, o qual toma corpo no estrato levado ao próprio centro da sociedade e que, por isso, constituiu-se rápida e inexoravelmente em uma nova classe” (Baynac, 1978).

A questão está no centro da interpretação dos acontecimentos *políticos* de 1917. Para os bolcheviques, a tomada do poder pelos soviets equivalia a uma virada em relação às suas posturas precedentes. Nos primeiros anos posteriores à revolução, o bolchevismo não tinha problemas em admitir sua virada política de 1917; em um artigo de Viacheslav Molotov (depois lugar-tenente de Stalin) de 1924, lia-se: “Deve-se dizê-lo abertamente: o partido não tinha nem a clareza de visão nem o espírito de decisão requerido pelo momento revolucionário. Não os tinha porque não possuía uma clara atitude de orientação em relação à revolução socialista. Em geral, a agitação e toda a prática do partido revolucionário careciam de uma fundamentação sólida, já que o pensamento ainda não havia avançado até a conclusão audaz da necessidade de uma luta imediata pelo socialismo e pela revolução socialista” (Mandel, 1978). Roy Medvedev registrou que “mesmo os bolcheviques, em 1917, divergiam entre si. Até o regresso de Lênin na Rússia, nenhum dirigente bolchevique tinha formulado seriamente como perspectiva a preparação imediata de uma revolução socialista. A palavra de ordem ‘todo o poder aos soviets’ ainda não ressoava nas fileiras do partido bolchevique; mais prematura ainda parecia a ditadura do proletariado” (Medvedev, 1978).

O autor citado acima omitiu (provavelmente por razões de Estado, porque era soviético) que havia forças e dirigentes que sim colocavam “a preparação imediata de uma revolução socialista”, mas estes, minoritários, se encontravam fora do partido bolchevique, ao qual se uniram em agosto de 1917. Trotsky, o mais destacado deles, insistiu no papel essencial de Lênin, sem o qual não teria se operado a virada política do bolchevismo em direção da revolução e da tomada do poder, coisa que dificilmente ele teria conseguido sem essas forças e dirigentes (os dirigentes históricos mais notórios e influentes do bolchevismo, como Zinoviev e Kamenev, se alinharam contra Lênin na ocasião). Sem essa convergência, provavelmente Lênin teria ficado em minoria no bolchevismo.

A escola histórica francesa entrou com força na disputa, usando argumentos mais elaborados, com os trabalhos de Marc Ferro e, sobretudo, de François Furet. Para Fernand Braudel, seu mestre e grande representante da *École des Annales*, “em segundo plano, em profundidade, mas revelando-se também na superfície, a Revolução caminhou através de toda a história russa, desde o século XVI até a explosão de outubro de 1917”. Braudel, portanto, não considerou a Revolução de Outubro como um fato arbitrário sem raízes na história, o produto de uma série de circunstâncias reunidas pelo acaso. Braudel situou Lênin nessa “longa duração”, lhe reconhecendo “genialidade”, “evidente, sobretudo, no domínio da ação revolucionária (mas também) no plano da teoria, onde ela é maior do que se lhe reconhece habitualmente”.

A originalidade leninista teria consistido “na primazia sistemática concedida [contra outros marxistas] à política, sobre o social ou o econômico”. Isso o levou, no domínio agrário, a aceitar, em nome da revolução, a distribuição parcelada de terras (contra o coletivismo, via de passagem direta para o socialismo, defendido por Rosa Luxemburgo – “Lênin tinha razão”, comentou o autor), e a se contrapor as advertências de Plekhanov, quem afirmava que, sobre bases econômicas insuficientes, o poder proletário na Rússia só poderia engendrar um “socialismo de caserna” (ou “de convento”), ideia contra a qual Lênin se insurgiu, defendendo o caráter historicamente superior do sistema soviético em relação à democracia burguesa. Braudel não se pronunciou a respeito dessas contraposições, se limitando a constatar, com base no exposto, uma “mudança cultural”, de alcance universal, do “marxismo inicial” ao leninismo (Braudel, 1993).⁵

As argumentações citadas são, na verdade, bem antigas. Depois da sua vitória de outubro de 1917, os bolcheviques foram acusados de “blanquismo”, tanto pelos seus adversários à direita (socialdemocratas)⁶ como à esquerda (os “comunistas conselhistas” ou os anarquistas). O problema consiste em que os bolcheviques careciam de qualquer “vanguarda armada”, no estilo de Blanqui, ou “máquina de terror”: careciam de qualquer força armada própria, com exceção de sua influência na “Guarda Vermelha” do Soviete, organização criada antes da hegemonia bolchevique. Os anarquistas resolveram esse problema como segue: “Como e por que Lênin e seu partido mantiveram-se no poder, sobretudo nos primeiros meses? Simplesmente porque ninguém, dentre seus adversários e inimigos, acreditava neles. A reação estava desamparada e desorganizada, os anarquistas e socialistas revolucionários de esquerda - cisão recente do Partido Socialista Revolucionário - sustentaram-nos até que eles próprios foram violentamente afastados. Quanto aos socialistas revolucionários, quando quiseram manifestar-se, no dia seguinte à dispersão da Assembleia Constituinte, e que uma boa parte da guarnição militar propôs-lhes apoiá-los para expulsar os bolcheviques, Victor Tchernov, presidente da Constituinte recusou sua oferta porque, segundo ele, não queria que ‘sequer uma gota de sangue do povo fosse derramada’” (Skirda, 1997).

O poder bolchevique teria sido produto de uma situação de ilusão ou ingenuidade coletivas, abrangendo um vasto arco político, da “reação [burguesa]” até os “socialistas e anarquistas”, situação na qual os bolcheviques foram os únicos a agir “espertamente”, mudando sua posição e, principalmente, seus enunciados, ao sabor dos acontecimentos. Isso teria sido o fator-chave, pois, como reconheceu um soviólogo conservador: “A concepção convencional, que partia da eficiência da ditadura do proletariado e que remetia à organização centralista do partido de quadros bolcheviques, foi submetida a notáveis correções. Os bolcheviques não se firmaram no poder em virtude da capacidade de ação de um sistema onipotente de partido que teria se imposto e manejado as instituições dos conselhos e de outros aspectos do Estado, porque na época ainda não existia tal sistema. Apenas no transcurso da guerra civil pôde surgir uma burocracia do Partido, separada das instituições políticas estatais mediante um sistema de ordens e controle que mantinha o país sob a tensão” (Geyer, 1975).

Não faltaram historiadores para afirmar que os bolcheviques usaram astuciosamente uma maioria circunstancial nos soviets, para lançar a palavra de ordem “todo poder aos soviets”, encobrendo seu plano de uma ditadura unipartidária, enganando o restante da esquerda, e aos próprios trabalhadores, convencendo-os de que seriam eles que governariam. O anarco-sindicalista russo Maximov declarou, por exemplo, que depois da revolução, “os bolcheviques se transformaram em uma espécie de anarquistas”, o que teria levado os anarquistas a apoiá-los ingenuamente. Passado o período “revolu-

cionário” a máscara “libertária” podia cair e, como escreveu Daniel Guérin “o alinhamento audacioso em cima do instinto e da temperatura revolucionária das massas deu aos bolcheviques a direção da revolução, mas não correspondia à sua ideologia tradicional nem às suas verdadeiras intenções. Desde sempre, eles eram ‘autoritários’, com noções de Estado, de ditadura, de centralização, de partido dirigente, de gestão da economia ‘por cima’, tudo em contradição flagrante com uma concepção realmente libertária da democracia soviética” (Guérin, 1965). A referência às “verdadeiras intenções” deixa pairar uma acusação de maquiavelismo vulgar contra o bolchevismo.

Foge a Guérin, como a todo bom anarquista, a noção de que todo partido político se constitui, justamente, com o objetivo de “dirigir” politicamente à sociedade. Na verdade, se levada essa lógica até suas últimas consequências, as “verdadeiras intenções” de Lênin teriam enganado, ou pelo menos “levado de roldão”, não só à esquerda e aos trabalhadores, mas também ao próprio partido bolchevique, o que parece abonado por certos fatos: “Uma enquête realizada entre os delegados bolcheviques do II Congresso dos Sovietes demonstrou que a grande maioria desejava um governo de coalizão entre bolcheviques e socialistas. (Logo depois da tomada do poder) a política de coalizão de Lênin, assim como as medidas de repressão tomadas contra os [outros] socialistas, desencadearam uma breve crise no partido, durante a qual certo número de líderes apresentou sua demissão. Aparentemente, a crise teve a sua origem na incompreensão, por parte dos membros do partido, da política de Lênin (em si bastante clara). De qualquer forma, tal como estavam as coisas, os cétricos do partido não podiam se demitir, por estarem comprometidos” (Schapiro. em: C. D. Kernig s/f).

Daí em diante, consumada essa “fraude histórica”, a ditadura pessoal, verdadeiro objetivo de Lênin, podia avançar sem obstáculos, conservando sua simbologia inicial: “Os bolcheviques não aboliram os soviets, coisa que na Rússia teria sido tecnicamente impossível. Na realidade, os mantiveram e exploraram como símbolo decorativo de seu próprio domínio. Apenas em razão do simbolismo bolchevique de 1918 e dos anos posteriores é que o sistema dos conselhos entrou em contraste com a democracia: os verdadeiros e vitais soviets são a mais radical democracia que se pode imaginar. Mas os soviets bolcheviques, a partir de 1918, constituíram o símbolo da dominação de uma pequena minoria sobre a massa do povo. Algo semelhante acontece com o conceito ‘ditadura do proletariado’. Para a antiga teoria, a ditadura proletária não era senão a dominação da grande maioria dos pobres e trabalhadores sobre a pequena minoria dos ricos e exploradores: conceito idêntico ao da democracia proletária. A partir de 1918, os bolcheviques chamaram de ditadura do proletariado à sua forma de Estado russo enquanto, na realidade, se tratava de uma ditadura exercida sobre o proletariado e o resto do povo pelo partido bolchevique ou, melhor dito, pelo Comitê Central desse partido” (Rosenberg, 1977).

O restante, stalinismo incluído, seria mera decorrência. Para sustentar essa tese, se misturaram num só feixe críticas ao bolchevismo provenientes das mais diversas fontes: da socialista de esquerda Rosa Luxemburgo, do socialista de direita Karl Kautsky, dos mencheviques e anarquistas, dos partidos burgueses e de direita, de historiadores de todas as cores e matizes. Para Marc Ferro, discípulo de Braudel nos *Annales*: “Outubro é ao mesmo tempo a tomada do poder por uma maioria relativa - a representada pelo Segundo Congresso dos Sovietes -, uma rebelião armada e, também, um micro golpe de Estado de Lênin no seio dos organismos soviéticos, que possibilita a um comitê militar provisório retirar a vitória tanto do Segundo Congresso quanto do soviete de Petrogrado (de que depende esse comitê) e proclamar a queda do governo provisório”.

Uma “maioria relativa” é, como se sabe, uma minoria absoluta, com o que a “tomada do poder” vira um *golpe*, dentro do qual se produz o “micro golpe” leninista, que seria assim duplamente golpista.

Certamente, os bolcheviques passaram por cima da legalidade existente, mas isso não significa que atuassem de modo arbitrário ou empírico; seu critério decisivo era a luta de classes, que, segundo eles próprios, não podia ser “forçada” de acordo com seus desejos: “Se o partido revolucionário não conta com a *maioria dos contingentes avançados das classes revolucionárias e no país* não pode nem pensar na insurreição. Além disso, é necessário: 1) A marcha ascendente da revolução em escala nacional; 2) A total quebra moral e política do velho governo, por exemplo, o governo de coalizão; 3) Grandes vacilações nos grupos intermediários, isto é, naqueles que não apoiam totalmente o governo, ainda que até ontem o apoiassem totalmente” (Lenin, 1976). Eram critérios objetivos: para os bolcheviques, ou melhor, para a fração destes encabeçada por Lênin, essas condições foram preenchidas na Rússia em setembro-outubro de 1917. Um governo bolchevique, por esse motivo, parecia e era a única esperança das massas mobilizadas. Era isso, ou o buraco negro da guerra, da miséria e da fome, sem data de vencimento. Os soldados mobilizados o exigiam: o fim da guerra imperialista era uma aspiração geral.

Marc Ferro tentou relativizar a responsabilidade bolchevique pelo terror subsequente, atribuindo-o ao povo russo, em especial ao campesinato (“começaram a apossar-se de propriedades ou atear-lhes fogo a partir do mês de maio de 1917”, isto é, antes de outubro). A violência “antecedeu a guerra civil e a intervenção estrangeira”, a responsabilidade de Lênin teria sido encampá-la a fundo, e fazer dela um método de governo: “O aparelho comunista, assim, legitima e encoraja o terror vindo das profundezas. Os seus agentes encontram-se na base de um aparelho de Estado em via de formação desde o verão de 1917 e que, com múltiplos comitês, soviets etc., substituiu a antiga burocracia czarista”. Para Ferro, as classes dominantes russas tiveram boa parte da culpa pelo acontecido, dada sua incúria secular: “Depois de meses de decepções, depois do golpe frustrado do general Kornilov, a memória das repressões reavivou-se e o ressentimento amadurecido durante séculos foi liberado. Somente os bolcheviques assumiram-no, arrastados eles próprios pela corrente, mas dispostos a tudo para manter o controle. Eles haviam anunciado a decadência do Governo Provisório, e a história lhes dera razão. Por ter sabido, melhor que seus colegas, estabelecer esse diagnóstico, Lênin pôde exercer a partir desse momento uma espécie de ditadura da opinião”.

A ulterior ditadura stalinista não teria sido outra coisa que a continuidade dessa premissa, situada na própria revolução, o resultado da interação eficaz entre a inteligência política de Lênin e o fanatismo secular dos russos: “De 1918 a 1940, essa base popular subirá pouco a pouco no aparelho de Estado, subvertendo as ideias socialistas que deviam encarnar o regime nascido em Outubro, o que alguns denominaram ‘reação stalinista’. Ela incorporou sua própria violência àquela dos dirigentes”. O stalinismo não seria só filho legítimo de Outubro, mas também do povo russo (e estamos aqui a um passo da “alma eslava” e sua inclinação para a tragédia): “Há décadas tendo penetrado o aparelho do Estado, as populações integraram-se ao regime, que era também sua expressão. Ao defendê-lo durante a ‘Grande Guerra Patriótica’, elas defenderam a si próprias” (Ferro, 1988). O herdeiro de Fernand Braudel curvou-se a heranças menos nobres: a “subserviência vocacional dos povos eslavos”.

Qualquer análise que se atenha minimamente aos fatos, porém, evidencia que os bolcheviques exerceram uma responsabilidade que lhes fora exigida pela sua base social, ou pela base social que eles pretendiam fosse a sua, em condições revolucionárias.

Chegou-se a afirmar que “o poder chegou até eles” de modo quase pacífico: no total, segundo uma estimativa, somente trinta mil homens participaram da luta para instaurar o poder soviético. A conquista do poder político se fez por um caminho praticamente incruento (se o compararmos com a violência e as perdas humanas nas trincheiras da guerra mundial), possível na situação de dualidade de poderes e de amplas liberdades democráticas vigentes. A Revolução de Outubro assumiu, certamente, a *forma* de um “golpe de Estado”, da vitória de uma minoria conspirativa. A decisão de tomar o poder em outubro de 1917, certamente, foi tomada pela direção do partido bolchevique (dividida em torno da questão) não pelo Soviete (que a encampou). Cabe caracterizar isto como um golpe, ou cabe acompanhar Edward Hallet Carr, para quem, depois da conquista da maioria bolchevique nas principais guarnições militares, “uma revolução bolchevique era inevitável”?

E se o Governo Provisório tivesse agido de modo diferente? Essa hipótese contrafactual foi respondida com realismo: “Se, em vez de se associar ao fantasma de uma contrarrevolução sem tropas, Kerensky tivesse concluído a paz e dado a terra aos camponeses, é possível que Lênin nunca tivesse entrado no Kremlin. Mas, em 1917, tal programa era *de fato* bolchevismo, e teria se chocado com a oposição feroz dos aliados e dos liberais russos. Era, porém, na prática, a única política com chances de sucesso: os moderados garantiram, rejeitando-a, a vitória de seus adversários” (Florinsky, 1960). A insurreição de outubro e a decretação do poder soviético quebrou em favor dos soviets a crise crônica de poder na Rússia, tornada literalmente diante da gravidade da sua situação econômica, social e internacional-militar.

O bolchevismo propôs uma via política para levar os trabalhadores ao poder, contra todo o restante da esquerda russa, que se opunha a qualquer forma de governo emanado dos soviets (ou de qualquer órgão de função semelhante). Na opinião do dirigente socialista revolucionário Victor Tchernov: “O Soviete era simplesmente um centro de ebulição revolucionária (...), um substituto temporário da organização sindical e política da classe operária (...) Um andaime feito apressadamente em torno de um imóvel em construção e que se retira uma vez que a construção está concluída (...) O sistema dos soviets concebido como base formal do Estado é uma versão russa do anarco-sindicalismo”. Ou, naquelas do dirigente menchevique Bogdanov: “É de fato natural que, não tendo nada entre as mãos, no processo da revolução, nós tenhamos tentado construir uma organização, o Soviete de deputados operários e soldados, formado espontaneamente. Se nós tivéssemos uma organização possante, nós teríamos sem dúvida sindicatos, partidos etc. O fato de que a democracia revolucionária tenha sido obrigada a constituir, no fogo da revolução, tais organismos revolucionários, mostra manifestamente essa ausência de organização, que levou os elementos revolucionários mais decididos da democracia a se engajar na via da construção dos soviets”.

“A partir do momento em que os governos autônomos locais passarem a organizar a vida das municipalidades, o papel dos soviets terá terminado de um modo natural”, afirmava a *Izvestia*, ainda dirigida pelos socialistas conciliadores, três dias antes da insurreição de outubro. Ora, em outubro de 1917 os trabalhadores “exigiam o poder para os soviets” (Mandel, 1993): “Acima do Nevsky, no amargo crepúsculo, as multidões estavam se digladiando pelas últimas informações... Em cada esquina, em cada lugar aberto, pequenos grupos formavam assembleias; soldados e estudantes discutiam... O Soviete de Petrogrado se reunia continuamente em Smolny, no centro da tempestade, com seus delegados dormindo no chão e levantando-se novamente para fazer parte do debate; Trotsky, Kamenev, Volodarsky falavam seis, oito, doze horas por dia...” (Reed,

2002).

A vanguarda das massas mobilizadas exigia aos bolcheviques que assumissem o poder e cortassem o nó górdio da maior crise da história da Rússia. O bolchevismo agiu em condições de revolução engendradas no próprio operariado e nas suas mudanças de orientação política, não à margem dessas circunstâncias. Comitês de fábrica surgiam em toda parte, rapidamente se tornavam fortes e eram dominados pelos bolcheviques. De 30 de outubro até 4 de novembro, logo depois da insurreição, se realizou em Petrogrado a primeira Conferência Russa de Comitês de Fábrica: 96 dos 167 delegados eram bolcheviques (Gorodetsky, 1976).

A virada política do bolchevismo durante a revolução ficou explícita, sem mencionar a orientação precedente, no balanço feito por Lênin poucos anos depois da Revolução de Outubro, para um congresso dos soviets: “Para consolidar para os povos da Rússia as conquistas da revolução democrático-burguesa tínhamos que ir além, e assim o fizemos. Resolvemos os problemas da revolução democrático-burguesa no decorrer do processo, como um ‘subproduto’ de nossas atividades fundamentais e genuinamente *proletárias*, revolucionárias socialistas. Sempre dissemos que as reformas democráticas – o dissemos e o demonstramos com fatos - são um subproduto da revolução proletária, ou seja, socialista. Esta é a relação entre a revolução democrático-burguesa e a revolução proletária socialista: a primeira se transforma na segunda. A segunda resolve de passagem os problemas da primeira. A segunda consolida a obra da primeira. A luta, e apenas a luta, determina *até que ponto* a segunda consegue se impor-se à primeira” (Lenin, 1968). Uma definição dialética, aberta, e extraordinariamente semelhante com a tese de revolução permanente, defendida por Trotsky desde 1906 (Trotsky, 1969).

Notas

¹ Baseada na passagem de Lênin e outros dirigentes socialistas russos pelas linhas do front num vagão selado, no seu retorno à Rússia, consentida pelo Estado Maior alemão. Alexander Solzhenitsyn, com base nisso, afirmou que o bolchevismo fora financiado pelo dinheiro alemão, repassado através do estelionato russo/germânico Parvus (um judeu, o que, para o Prêmio Nobel de Literatura, junto com o papel político de Bronstein/Trotsky, evidenciava ser a revolução o produto de um complô judaico: [Solzhenitsyn, 1980]). O acordo com a Alemanha para o salvo-conduto concedido aos exilados russos era baseado no interesse alemão em aproveitar a revolução para retirar a Rússia da guerra, permitindo concentrar as tropas alemãs em uma só frente de combate. Ele beneficiou lideranças de várias correntes políticas russas.

² Quando da criação da URSS, em 1922, o órgão passou a chamar-se Conselho de Comissários do Povo da União Soviética. Em 1946, os *Sovnarkoms* foram substituídos por Conselhos de Ministros, tanto no nível da União quanto das repúblicas soviéticas. O *Sovnarkom* da União passou a chamar-se Conselho de Ministros da União Soviética, ficando sediado dentro do Kremlin, perto do edifício do Presidium do Soviete Supremo. Com a mudança de nome, os “comissários do povo” passaram a ser ministros de estado e os Comissariados do Povo tornaram-se departamentos do governo.

³ Richard Pipes, na sua *História Concisa da Revolução Russa* é, talvez, o mais representativo historiador conservador (antibolchevique) a defender essa linha de raciocínio, mas está longe de ser o único. Autores como Martin Malia, Adam B. Ulam e Orlando Figes, defenderam ideias semelhantes (Figes qualificou a revolução russa de “tragédia”, no sentido grego).

⁴ Para esse autor “o fator político permanece rigorosamente subordinado aos imperativos socioeconômicos e nenhum ‘desenvolvimento desigual’ pode permitir que um país (referindo-se à Rússia) essencialmente agrário precede, através do socialismo, os países industrialmente desenvolvidos, cujo exemplo eles devem seguir”.

⁵ A expressão “socialismo de caserna” para definir a URSS também foi usada, com um viés mais ideológico do que econômico-social, por Robert Kurz.

⁶ Em uma carta pessoal de dezembro de 1917, pouco posterior à Revolução de Outubro, Martov, líder menchevique, caracterizou Lênin como “herdeiro de Pugachev”, partidário do uso da força bruta como argumento político principal. Durante a revolução, Maximo Gorki qualificou Lênin de “sucessor de Netchaiev [pai do “terrorismo revolucionário” russo] e de Bakunin [pai do anarquismo, russo ou não]”.

Bibliografía

- AA.VV. (1978), *Los Bolcheviques y la Revolución de Octubre*. Actas del Comité Central del Partido Obrero Socialdemócrata ruso (b) – agosto de 1917 a febrero de 1918. México, Pasado y Presente.
- Badcock, Sarah (2017), *The 1917 peasant revolutions*. In: www.jacobinmag.com, agosto.
- Baynac, Jacques (1978), *El Terror bajo Lenin*. Barcelona, Tusquets.
- Braudel, Fernand (1993), *Grammaire des Civilisations*. Paris, Flammarion-Champs Histoire.
- Claudín, Fernando (2012), *A Crise do Movimento Comunista*. São Paulo, Expressão Popular.
- Elster Jon (1989), La teoría del desarrollo combinado y desigual: una crítica. In: J. E. Roemer. *El Marxismo: una Perspectiva Analítica*. México, FCE.
- Ferro, Marc (1974), *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo, Perspectiva.
- (1988), *Dos Soviets à Burocracia*. Porto Alegre, CECA-CEDAC.
- Figes, Orlando (1999), *A Tragédia de um Povo*. A Revolução Russa 1891-1924. Rio de Janeiro, Record.
- Florinsky, Michael (1960), *Russia: a History and an Interpretation*. Nova York, Macmillan.
- Gaido, Daniel (2017), *Las jornadas de julio*. *Jacobin*, slp, julio.
- Geyer, Dietrich (1975), Revolución de Octubre. C. D. Kernig, *Marxismo y Democracia*. Madri, Rioduero.
- Goodspeed, Cel. D. J. (2011), *Conspiração e Golpe de Estado*. Rio de Janeiro, Saga.
- Gorodetsky, Y. M. (1976), *A Revolução Bolchevique*. São Paulo, Abril Cultural.
- Katkov, George (1969), *Russia 1917*. La rivoluzione di febbraio. Milão, Rizzoli.
- Knei-Paz, Baruch (1979), *The Social and Political Thought of Leon Trotsky*. Oxford, Claredon.

- Korsch, Karl (1975). *Scritti Politici*. Bari, Laterza.
- Kurz, Robert (1992), *O Colapso da Modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Le Blanc, Paul (2017), *Il golpe di Kornilov*. In: www.jacobinmag.com, agosto.
- Lenin, V. I. (1968), *Obras Completas*. Vol. XXXV, Buenos Aires, Cartago.
- (1976) *Collected Works*. Moscou, Progress Publishers, vol. 24.
- Lewin, Moshe (1996), Illusion communiste ou réalité soviétique? *Le Monde Diplomatique*. Paris, dezembro.
- Lih, Lars T. (2020a), “El irónico triunfo del ‘viejo bolchevismo’”. *Sin Permiso* n° 17, outubro.
- (2020b), “La Revolución de Octubre interpretada”. *Sin Permiso*, novembro (<https://www.sinpermiso.info/textos/la-revolucion-de-octubre-interpretada>).
- Malaparte, Curzio (2011), *Tecnica del Colpo di Stato*. Milão, Adelphi.
- Mandel, David (1993), *Comités d’Usine et Contrôle Ouvrier à Petrograd en 1917*. Amsterdã, IIRF.
- Mandel, Ernest (1978), *Sobre la Historia del Movimiento Obrero*.
- Marie, Jean Jacques (2010), *Lénine*. La révolution permanente. Paris, Payot.
- Medvedev, Roy (1978), *Era Inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Pankratova, Ana (1976), *Los Consejos de Fábrica en la Rusia de 1917*. Barcelona, Anagrama.
- Pipes, Richard (2008), *História Concisa da Revolução Russa*, Rio de Janeiro, Record.
- Rabinowitch, Alexander (2016), *Les Bolchéviks Prennent le Pouvoir*. La révolution de 1917 à Petrograd. Paris, La Fabrique.
- Radek, Karl (1976), *Las Vías y las Fuerzas Motrices de la Revolución Rusa*. Madrid, Akal.
- Reed, John (2002), *Dez Dias que Abalaram o Mundo*. Porto Alegre, L&PM Pocket.
- Rosenberg, Arthur (1977), *Historia del Bolchevismo*. México, Pasado y Presente.
- Rosenberg, William G. (1974), *Liberals in the Russian Revolution*. The Constitutional Democratic Party, 1917-1921. Nova Jersey, Princeton University Press.
- Rubel, Maximilien (1974), *Marx Critique du Marxisme*. Paris Payot.
- Schapiro Leonard (s/f). Bolcheviques. In: C. D. Kernig.
- Skirda, Alexandre (1997), A contrarrevolução bolchevique de outubro de 1917. *Libertárias* n° 1, São Paulo, outubro.
- Solzhenitsyn, Alexander (1980), *Lénine à Zürich*. Paris, Grasset.
- Sukhanov, Nikolai, N. (1984), *The Russian Revolution 1917. A personal record*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- Trotsky, Leon (1969), *1905*. Paris, Seuil.
- (1976), *L’Année 1917*. Paris, François Maspéro.
- (2012), *Historia de la revolución rusa*, Bs. As. RYR.